

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 529, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 1014/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 1014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.



Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada em 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada em 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/12/2018 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 6.172-SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, e no Despacho Interno CGPO 3623598, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1096/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061749** e o código CRC **C21B1E4B** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40256/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.034174/2018-24.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4762996** e o código CRC **2069D0CD**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	01250.034174/2018-24
<b>Interessado:</b>	Rádio Independente de Barretos Ltda.
<b>Setor:</b>	Secretaria de Radiodifusão
<b>CNPJ:</b>	44.776.706/0001-15
<b>Serviço:</b>	Rádio Frequência Modulada
<b>FISTEL:</b>	02008024458
<b>UF:</b>	SP
<b>Localidade:</b>	Barretos
<b>Tipo:</b>	Renovação Rádio Frequência Modulada
<b>Número do Tipo:</b>	428
<b>Documentos Restritos:</b>	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º 3076572, fls. 9/11 ; 01250.069987/2018-35

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas

431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 07/12/2018, às 09:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3663968** e o código CRC **99147481**.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3663968



**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

CNPJ: 44.771.137/0001-15  
Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 02  
14781-574 Barretos/SP

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC**  
**SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: **237 [95,3 MHz], classe A4**

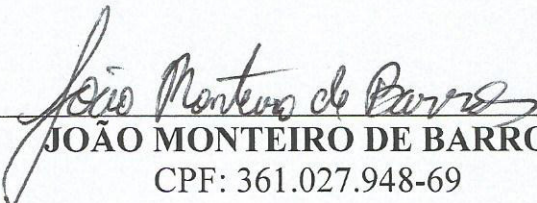
Localidade: **Barretos/SP**

**A RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.**,  
permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na  
localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal  
infra-assinado, em conformidade com o Regulamento de Serviços de Radiodifusão,  
redação dada pela Lei n.º 13.424 de 2017, solicitar a **renovação de outorga da FM**  
pelo seguinte período: 23/03/2019 a 23/03/2029.

Nessa oportunidade, solicita a este conceituado Ministério o  
deferimento do pedido.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos  
votos de estima e consideração.

Barretos/SP, 11 de junho 2018.

  
**JOÃO MONTEIRO DE BARROS**  
CPF: 361.027.948-69



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

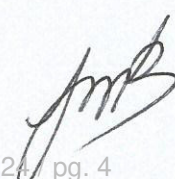
IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>	<b>RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA</b>		
<i>CNPJ:</i>	44.776.706/0001-15	<i>CEP da sede:</i>	14781-574
<i>Endereço da sede:</i>	Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01 - conjunto 02		
<i>E-mail de contato:</i>	joao.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br		
<i>Serviço a ser renovado:</i>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora   <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens </div> <div style="width: 50%;"> <input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada  <input type="checkbox"/> em ondas curtas  <input type="checkbox"/> em ondas médias  <input type="checkbox"/> em ondas tropicais </div> </div>		
<i>Período da renovação:</i>	23/03/2019 a 23/03/2029		
<i>Localidade da renovação:</i>	<b>BARRETOS</b>	<i>UF:</i>	<b>SP</b>

Eu, **JOÃO MONTEIRO DE BARROS**, inscrito no CPF sob o nº 361.027.948-69, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

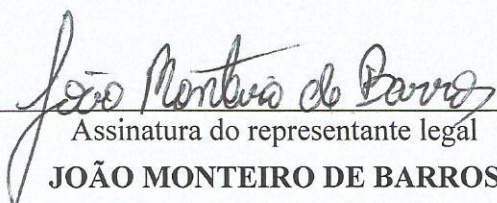




- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

---



Assinatura do representante legal  
**JOÃO MONTEIRO DE BARROS**  
CPF: 361.027.948-69



## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA		
<b>CNPJ:</b>	44.776.706/0001-15	<b>CEP da sede:</b>	14781-574
<b>Endereço da sede:</b>	Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 01 – conjunto 02		
<b>E-mail de contato:</b>	joao.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> ( ) em frequência modulada <input type="checkbox"/> ( ) em ondas curtas <input type="checkbox"/> ( ) em ondas médias <input type="checkbox"/> ( ) em ondas tropicais		
	<input type="checkbox"/> ( ) Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Localidade da renovação:</b>	BARRETOS	<b>UF:</b>	SP

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
<b>Nome completo:</b>	PAULO MASSASHICO TUKIAMA
<b>Nº de registro no CREA:</b>	0600659507/SP
<b>E-mail de contato:</b>	ptukiama@uol.com.br

Eu, **Paulo Massashico Tukiama**, inscrito no CPF sob o nº 759.486.058-68, na qualidade de profissional habilitado contratado da pessoa jurídica acima qualificada, venho encaminhar este **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA** para fins de renovação da outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida pelo Ministério; e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

  
 Assinatura do profissional habilitado – Paulo Massashico Tukiama

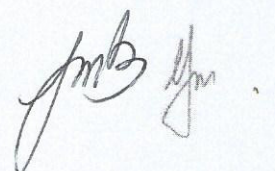
De acordo.

  
 Assinatura do representante legal – João Monteiro de Barros



## ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA					
LOCALIZAÇÃO					
<b>Endereço:</b> Av. 39, s/nº - Bairro: Clementina					
<b>Município:</b>	Barretos	<b>UF:</b>	SP	<b>CEP:</b>	14781-574
<b>Coordenadas geográficas:</b>		Latitude 20°32'32.81"S	<b>Canal/ Frequência:</b>		237/ 95,3 MHz
		Longitude 48° 33'26.71"W	<b>Classe:</b>		A4
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
<b>Sistema irradiante:</b>		Fabricante: TEEL – Tele-Eletrônica Ltda			
		Modelo: BECP 4L			
		Polarização:      ( ) Horizontal      ( ) Vertical      ( X ) Circular      ( ) Elíptica			
		Azimute de orientação (°NV): 75°			
		Nº de elementos: 4			
		Altura do centro geométrico até a base da torre (solo): 77,0 metros.			
<b>Linha de transmissão principal:</b>		Fabricante: Andrew Corporation			
		Modelo: LDF 7-50A comprimento 135,0 m			
<b>Transmissor principal:</b>		Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy-EPP			
		Modelo: 2XFM3000			
		Potência de operação (kW): 5,5			
		Homologação: 0285-04-2252			
<b>Transmissor auxiliar (se houver)</b>		Fabricante: Collins Radio Group			
		Modelo: 831 F-2			
		Potência de operação (kW): 5,5			
		Homologação: 352277ZZZ0056			
<b>Possui algum equipamento de gravação de áudio?</b>		SIM.			
ESTÚDIO					
Endereço: Praça Joel Waldo dal Moro, 01 - Centro					
Município: Barretos			UF: SP		
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS					





(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado contratado e pelo representante legal da entidade contratante.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters, located in the bottom right corner of the page.





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço  
28027230180700597

1. Responsável Técnico

**PAULO MASSASHICO TUKIAMA**

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

Empresa Contratada:

RNP: 2614953997

Registro: 0600659507-SP

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: Rádio Independente de Barretos Ltda

Endereço: Praça JOEL WALDO DAL MORO

Complemento:

Cidade: Barretos

Contrato:

Valor: R\$ 2.000,00

Ação Institucional:

Celebrado em: 12/06/2018

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Bairro: CENTRO

UF: SP

Vinculada à Art nº:

CPF/CNPJ: 44.776.706/0001-15

Nº: 01

CEP: 14781-574

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Praça JOEL WALDO DAL MORO

Complemento:

Cidade: Barretos

Data de Início: 13/06/2018

Previsão de Término: 13/06/2018

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Bairro: CENTRO

UF: SP

Nº: 01

CEP: 14781-574

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Laudo

Telecomunicação

Radio

Quantidade

Unidade

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de Vistoria visando renovação de outorga da FM 95,3 MHz (canal 237), na cidade de Barretos/SP.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.



## 7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

PAULO MASSASHIGO TUKIAMA - CPF: 759.486.058-68

Rádio Independente de Barretos Ltda - CPF/CNPJ: 44.776.706/0001-15

## 9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br)  
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 82,94

Registrada em: 12/06/2018

Valor Pago R\$ 82,94

Nosso Número: 28027230180700597

Versão do sistema

Impresso em: 13/06/2018 09:59:57



CNPJ: 44.776.706/0001-15

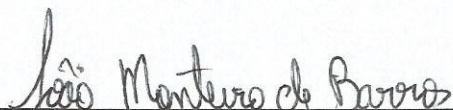
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016 - CONSOLIDADO

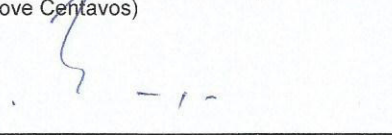
**Balanco Patrimonial**

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
ATIVO	819.384,89	PASSIVO	819.384,89
CIRCULANTE	43.534,83	CIRCULANTE	877.083,60
DISPONIVEL	18.589,71	CONTAS A PAGAR	877.083,60
CAIXA GERAL	6.724,59	FORNECEDORES	16.155,09
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.552,67	TRIBUTOS	19.326,97
BANCOS CONTA APLICACAO	9.312,45	OUTRAS CONTAS	45.300,37
CREDITOS DE CURTO PRAZO	24.945,12	EMPRESTIMOS BANCARIOS	6.200,01
CLIENTES	15.038,09	OUTROS DEBITOS	790.101,16
OUTROS CREDITOS	5.403,79	PATRIMONIO LIQUIDO	(57.698,71)
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	4.503,24	PATRIMONIO LIQUIDO	(57.698,71)
NAO CIRCULANTE	775.850,06	CAPITAL	180.000,00
INVESTIMENTOS	218,07	RESERVAS DE CAPITAL	65.028,53
ACOES E QUOTAS	218,07	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	(302.727,24)
IMOBILIZADO	775.631,99		
IMOBILIZADO	844.170,37		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	(68.538,38)		

BARRETOS, 31 de dezembro de 2016.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 819.384,89 (oitocentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e quatro Reais e oitenta e nove Centavos)

  
 SOCIO ADMINISTRADOR  
 JOAO MONTEIRO DE BARROS  
 CPF: 361.027.948-69

  
 CONTADOR  
 MARCO AURELIO DOMINGUES  
 CT CRC: 1SP141379/O-2



**Empresa:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA EPP

Folha: 1

**CNPJ:** 44.776.706/0001-15

**Período:** 01/01/2016 a 31/12/2016 - CONSOLIDADO

**Demonstração do Resultado do Exercício**

**VENDAS E SERVIÇOS**

Prestação de Serviços 1.160.815,26 C

(-) Tributos SI/ Vendas e Serviços 95.656,35 D

**VENDAS E SERVIÇOS Total:** 1.065.158,91 C

**RECEITAS OPERACIONAIS**

Aplicações Financeiras 21,57 C

Outras Receitas Operacionais 1.043,99 C

**RECEITAS OPERACIONAIS Total:** 1.065,56 C

**DESPESAS OPERACIONAIS**

Despesas com Pessoal 905.375,36 D

Despesas Gerais 491.399,76 D

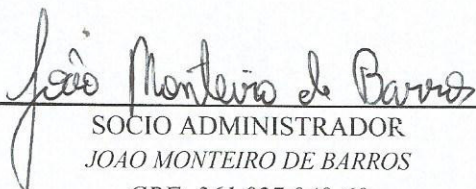
Despesas Financeiras 13.230,90 D

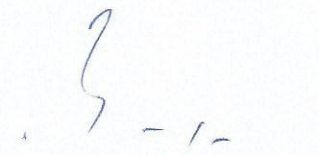
Despesas Tributárias 5.031,60 D

**DESPESAS OPERACIONAIS Total:** 1.415.037,62 D

**Prejuízo** 348.813,15 D

BARRETOS, 31 de dezembro de 2016.

  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
JOAO MONTEIRO DE BARROS  
CPF: 361.027.948-69

  
CONTADOR  
MARCO AURELIO DOMINGUES  
CT CRC: 1SP141379/O-2

**ESCRITORIO BARRETOS DE CONTAB LTDA EPP**

RUA 20 620 PRIMEIRO ANDAR - BARRETOS - SP - 14780-070 - Fone: (17)3322-6622



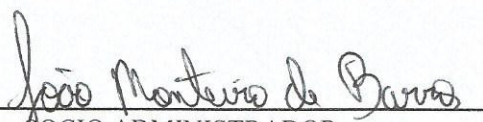
CNPJ: 44.776.706/0001-15


Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

## Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO		VALOR
(+)	Saldo Inicial do Exercício <i>Lucro</i>	46.085,91
(+)	Ajustes Credores de Exercício Anteriores	0,00
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-)	Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(+)	Reversões de Reservas	0,00
	Reservas de Contingência	0,00
	Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(-)	Resultado Líquido do Exercício <i>Prejuízo</i>	348.813,15
(-)	Transferências para Reservas	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	0,00
=	Prejuízo acumulado <i>Prejuízo</i>	302.727,24

BARRETOS, 31 de dezembro de 2016.

  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
JOÃO MONTEIRO DE BARROS  
CPF: 361.027.948-69

  
CONTADOR  
MARCO AURELIO DOMINGUES  
CT CRC: 1SP141379/O-2



## CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Obriga  o instit  da pela Resolução CFC n   1.457/13, de 11/12/2013.

Barretos, 31 de dezembro de 2016

 

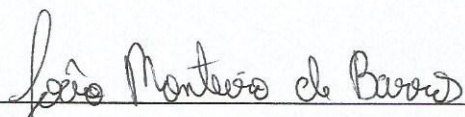
Escritório Barretos de Contabilidade Ltda - EPP

CRC n   2SP023657/O-8

Prezados Senhores:

Declaro para os devidos fins, como administrador e responsável legal da pessoa jurídica RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP, CNPJ n   44.776.706/0001-15, que as informações relativas ao ano de 2016, fornecidas para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis e fiscais, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletr  nicos, exigidos pela legislação federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária, são fidedignas, revestidas de total idoneidade, e de nossa inteira responsabilidade.

Atenciosamente,

  
João Monteiro de Barros



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35202190012	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 23/09/1976	INÍCIO DAS ATIVIDADES 23/09/1976	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 44.776.706/0001-15	ENDEREÇO PRACA JOEL WALDO DAL MORO			NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 1		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETOS		UF SP	CEP 14781-574	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 180.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR						
NOME JOAO MONTEIRO DE BARROS						
ENDEREÇO RUA ALAMEDA GUATEMALA				NÚMERO 82	COMPLEMENTO	
BAIRRO CITY BARRETOS	MUNICÍPIO BARRETOS			UF SP	CEP 14784-020	RG 470597008
CPF 361.027.948-69	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 90.000,00



SÓCIO E ADMINISTRADOR						
NOME LARA MELO MONTEIRO DE BARROS						
ENDEREÇO ALAMEDA GUATEMALA				NÚMERO 82	COMPLEMENTO	
BAIRRO CITY BARRETOS	MUNICÍPIO BARRETOS			UF SP	CEP 14784-020	RG 446629467
CPF 336.245.158-61	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 90.000,00

FILIAIS			
NIRE 35904973025	CNPJ 44.776.706/0002-04		
ENDEREÇO RUA FUZINATO BERTAZI		NÚMERO 269	COMPLEMENTO SALA 2

BAIRRO PATRIMONIO	MUNICÍPIO COLINA	UF SP	CEP 14770-000
----------------------	---------------------	----------	------------------

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 21/12/2017	NÚMERO 540.657/17-7	
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 08/12/2017.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202190012 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 11/06/2018
-------------------------------------------------------------------------------------------------------

documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada emitida para ANA DE LOURDES RIBEIRO : 02017053899. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 102181256, terça-feira, 12 de junho de 2018 às 17:23:00.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 44.776.706

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 18719833

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 22/05/2018 15:00:28

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 44.776.706/0001-15

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 18020086176-97

Data e hora da emissão 28/02/2018 14:15:49

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9202092**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 11/06/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA EPP**, CNPJ: 44.776.706/0001-15, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 12 de junho de 2018.

**PEDIDO Nº:**

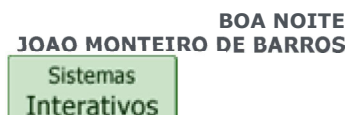
**6744378**







Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | menu ajuda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA  
**CNPJ:** 44.776.706/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:13:08 do dia 12/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Departamento de Receitas  
Rua Trinta nº 564, CEP 14780-900  
Telefone (17) 3321-1128  
CNPJ: 44.780.609/0001-04



**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**Nrº da Certidão: 007181/2018**

**Interessado:- RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA-EPP**

**Finalidade.....:** ACOMPANHAMENTO  
**Contribuinte:** 1335 - 44.776.706/0001-15 - RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA-EPP  
**Endereco.....:** r JOEL WALDO DAL MORO 1 CENTRO  
**Dt Abertura...:** 06/04/1976  
**Fone.....:** 1733217070  
**Atividade.....:** 9999 - SEM INCIDENCIA DE ISS

CERTIFICAMOS, atendendo ao pedido da pessoa interessada, que foi verificado os registros em sistema eletrônico e constatado, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do Artigo 149 da Lei Federal nº 5.172 de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional, que não possui débitos com a Fazenda Pública Municipal, por tributos mobiliários, ressaltando o direito de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados em procedimento fiscal posterior.

**VALIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS**

Barretos, 24 de Maio de 2018

\_\_\_\_\_  
MARIALUIZA

DADOS PARA CONSULTAR VALIDADE DO DOCUMENTO			
barretos.sigiss.com.br			
Nrº CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:
007181/2018	44.776.706/0001-15	24/05/2018	SLARKTCW



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 44.776.706/0001-15  
Certidão nº: 143211282/2018  
Expedição: 16/01/2018, às 16:29:29  
Validade: 14/07/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **44.776.706/0001-15**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Coordenação-Geral de Recursos

CERTIDÃO DE DÉBITOS

**NEGATIVA**

**EMPREGADOR:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (RADIO INDEPENDENTE)

**CNPJ:** 44.776.706/0001-15

**DATA E HORA DA EMISSÃO:** 22/05/2018, às 15h08

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.

2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.

**3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.**

4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código **2R9bzqE**.

5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

**CNPJ: 44.776.706/0001-15**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:30:11 do dia 28/02/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2018.

Código de controle da certidão: **DB80.D599.72BC.73B0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>44.776.706/0001-15</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>26/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO INDEPENDENTE</b>			PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>PC JOEL WALDO DAL MORO</b>	NÚMERO <b>1</b>	COMPLEMENTO <b>CONJUNTO 1</b>	
CEP <b>14.781-574</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>BARRETOS</b>	UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(17) 3322-9411</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>21/04/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **12/06/2018** às **17:15:21** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 12/06/2018

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 44776706/0001-15  
**Razão Social:** RADIO INDEPENDENTE BARRETOS LTDA EPP  
**Endereço:** PCA JOEL WALDO 1 / CENTRO / BARRETOS / SP / 14781-574

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/06/2018 a 10/07/2018

**Certificação Número:** 2018061101245449852163

Informação obtida em 12/06/2018, às 17:07:17.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



10 12 15

11

**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP****ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 17 E  
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Por este instrumento particular, **João Monteiro de Barros**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portador da Carteira de Identidade RG nº 47.059.700-8 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 361.027.948-69, e **Lara Melo Monteiro de Barros**, brasileira, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portadora da Carteira de Identidade RG nº 44.662.946-7 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 336.245.158-61, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.0219001.2, e inscrita no CNPJ sob o nº 44.776.706/0001-15, resolvem alterar e consolidar o contrato social da seguinte forma:

**ALTERAÇÃO**

I - Abertura de estabelecimento filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, sala 2, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**Cláusula 1ª** - A sociedade gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

**Parágrafo único** - A sociedade possui um estabelecimento filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, sala 2, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000.

**Cláusula 2ª** - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de **radiodifusão sonora**, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou **autorizações** outorgadas pelo Governo Federal.

**Cláusula 3ª** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

# JUCESP

## 10 12 15

### 11

**Cláusula 4ª** - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seus órgãos competentes, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

**Cláusula 5ª** - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

**Cláusula 6ª** - O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuído entre os sócios:

João Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Total	1.800 quotas	R\$ 180.000,00

**Cláusula 7ª** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula 8ª** - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Cláusula 9ª** - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula 10** - A administração da sociedade será exercida, isoladamente e em conjunto, pelos sócios João Monteiro de Barros e Lara Melo Monteiro de Barros, investidos de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

**Parágrafo único** - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores.

**Cláusula 11** - Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.



JUCESP  
10 12 15  
11

**Cláusula 12** - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**Cláusula 13** - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

**Cláusula 14** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

**Cláusula 15** - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, ao qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência.

**Parágrafo único** - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção ao outro sócio, dando a este o prazo de sessenta dias para que possa exercer o direito de preferência.

**Cláusula 16** - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula 17** - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, os haveres serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios proporcionalmente ao número de quotas que cada um possuir.

**Cláusula 18** - Os sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Cláusula 19** - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.


**Cláusula 20** - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

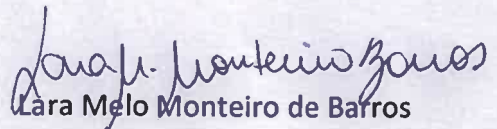
*[Handwritten signatures and initials]*

JUCESP  
10 12 15  
11

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

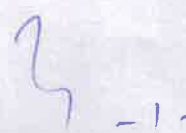
Barretos, 10 de novembro de 2015

  
João Monteiro de Barros

  
Lara Melo Monteiro de Barros

Testemunhas

  
José Pedro Domingues Nétto  
RG: 3.703.870 - SSP/SP

  
Marco Aurélio Domingues  
RG: 11.519.472-1 - SSP/SP





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA  
**CNPJ:** 44.776.706/0001-15

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:47:15 do dia 29/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** SP  
**Município:** Barretos  
**Frequência:** 103,3 MHz  
**Classe:** A3  
**Canal:** 277

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 1 - Outorgada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RADIO BARRETOS LTDA  
**Nome Fantasia:** RADIO COLINA NATIVA FM  
**Nº Estação:**  
**Primeiro**  
**Licenciamento:**

**Fistel:** 50413937887  
**CNPJ:** 44.771.137/0001-15  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último**  
**Licenciamento:**

☒ Dados do Plano Básico

☒ Dados da Outorga

☐ Documentos Emitidos

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	21/06/1940	Outorga <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	12/04/1984	Renovação <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	31/10/1996	Deliber. do C. Nacional <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	02/03/2009	Renovação <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional <input type="text"/>

Tela Inicial

Imprimir



BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Barretos

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO DE EDUCACAO E TELECOMUNICACAO DE BARRETOS	Barretos	04/04/2007	04/04/2017
JORNAL DE BARRETOS COMUNICACOES LTDA	Barretos	18/03/1996	18/03/2006
RADIO BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	01/05/2014
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	Barretos	01/05/2004	
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	Barretos	23/03/2009	23/03/2019
SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICACAO E CULTURA LTDA	Barretos	18/03/1996	18/03/2006

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **29/06/2018**

Hora: **14:48:53**

Registro 1 até 6 de 6 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Dados da consulta

Consulta

**Consulta Composição da Entidade...**

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 44.776.706/0001-15

RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO MONTEIRO DE BARROS	361.027.948-69	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
LARA MELO MONTEIRO DE BARROS	336.245.158-61	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/06/2018

Hora: 14:50:19





Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 361.027.948-69

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO MONTEIRO DE BARROS	361.027.948-69	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/06/2018

Hora: 14:50:51



BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 336.245.158-61

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LARA MELO MONTEIRO DE BARROS	336.245.158-61	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/06/2018

Hora: 14:53:41



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00030023697

EMPRESA		
RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35202190012	23/09/1976	03/08/2018 17:05:14
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
23/09/1976	44.776.706/0001-15	

CAPITAL
Cr\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	NÚMERO: 1	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: CONJUNTO 1	
MUNICÍPIO: BARRETOS	CEP: 14781-574	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.578.488-34, RG/RNE: 1957164 - SP, RESIDENTE À RUA 39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.100.000,00
JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 9315098 - SP, RESIDENTE À AV. 41, 536, CELINA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 900.000,00

ARQUIVAMENTOS

<b>NUM.DOC: 192.161/93-3    SESSÃO: 10/12/1993</b>
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.578.488-34, RG/RNE: 1957164 - SP, RESIDENTE À RUA 39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.100.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 9315098 - SP, RESIDENTE À AV. 41, 536, CELINA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 900.000,00.
<b>NUM.DOC: 173.769/94-9    SESSÃO: 18/11/1994</b>
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS).
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.578.488-34, RG/RNE: 1957164 - SP, RESIDENTE À RUA 39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 9315098 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 81.000,00.
<b>NUM.DOC: 173.429/95-6    SESSÃO: 24/10/1995</b>
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.578.488-34, RG/RNE: 1957164 - SP, RESIDENTE À AV. 39, 170, PRIMAVERA, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 9315098 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 178.200,00.
ADMITIDO ELOISA HELENA DE MELO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 109.014.628-02, RG/RNE: 17106451 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.800,00.
<b>NUM.DOC: 273.582/02-1    SESSÃO: 11/12/2002</b>
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
RETIRA-SE DA SOCIEDADE ELOISA HELENA DE MELO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 109.014.628-02, RG/RNE: 17106451 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.800,00.
ADMITIDO LARA MELO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 336.245.158-61, RG/RNE: 46629467, RESIDENTE À ALAMEDA GUATEMALA, 82, CITY BARRETOS, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.800,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 9315098 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 178.200,00.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
<b>NUM.DOC: 513.262/04-0    SESSÃO: 30/12/2004</b>
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA PRACA JOEL WALDO DAL MORO, 1, CONJUNTO 1, CENTRO, BARRETOS - SP, CEP 14781-574.
INCLUSÃO DE CNPJ 44.776.706/0001-15
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
<b>NUM.DOC: 006.062/06-4    SESSÃO: 02/01/2006</b>
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 38, ALINEA "I", DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
<b>NUM.DOC: 327.511/06-0    SESSÃO: 13/12/2006</b>
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO 38, ALINEA "I", DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.

<b>NUM.DOC: 327.512/06-4    SESSÃO: 13/12/2006</b>
ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2006.
<b>NUM.DOC: 840.370/07-6    SESSÃO: 31/07/2007</b>
ENQUADRAMENTO DE EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE - (EPP).
<b>NUM.DOC: 408.889/07-0    SESSÃO: 26/12/2007</b>
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
<b>NUM.DOC: 351.208/08-2    SESSÃO: 17/12/2008</b>
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
<b>NUM.DOC: 400.606/09-4    SESSÃO: 11/12/2009</b>
DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 38, ALINEA I, DA LEI N. 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DA LEI N. 10.610, DE 20/12/2002.
<b>NUM.DOC: 447.414/09-4    SESSÃO: 28/12/2009</b>
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:
RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.202.108-84, RG/RNE: 93150982 - SP, RESIDENTE À AL. GUATEMALA, 82, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 178.200,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE LARA MELO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 336.245.158-61, RG/RNE: 446629467 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA GUATEMALA, 82, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, CEP 14784-020, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 90.000,00.
ADMITIDO JOAO MONTEIRO DE BARROS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 361.027.948-69, RG/RNE: 470597008 - SP, RESIDENTE À RUA ALAMEDA GUATEMALA, 82, CITY BARRETOS, BARRETOS - SP, CEP 14784-020, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 90.000,00.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
<b>NUM.DOC: 453.826/10-6    SESSÃO: 23/12/2010</b>
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
<b>NUM.DOC: 440.586/11-2    SESSÃO: 13/12/2011</b>
OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO
<b>NUM.DOC: 525.236/12-0    SESSÃO: 12/12/2012</b>
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I, DO ART IGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
<b>NUM.DOC: 429.393/13-1    SESSÃO: 23/12/2013</b>
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
<b>NUM.DOC: 461.907/14-8    SESSÃO: 19/12/2014</b>
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTI GO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.
<b>NUM.DOC: 490.600/15-3    SESSÃO: 10/12/2015</b>
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904973025, CNPJ 44.776.706/0002-04, SITUADA À: RUA FUZINATO BERTAZI, 269, SALA 2, PATRIMONIO, COLINA - SP, CEP 14770-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 10/11/2015.
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
<b>NUM.DOC: 490.762/15-3    SESSÃO: 22/12/2015</b>
ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTI GO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002.

NUM.DOC: 515.642/16-2 SESSÃO: 28/12/2016

DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 06/12/2016.

NUM.DOC: 540.657/17-7 SESSÃO: 21/12/2017

DECLARACAO COM A COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA ALINEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/1962, COM REDACAO DADA PELO ARTIGO 7 DA LEI N 10.610, DE 20/12/2002., DATADA DE: 08/12/2017.

#### DENOMINAÇÕES ANTERIORES

RADIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202190012  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 02/08/2018



Ficha Cadastral Completa emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 104542115, sexta-feira, 3 de agosto de 2018 às 17:05:14.



242 CONVÊNIO ER FRANCA

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO  
2.209.630/15-0



SINGULAR

10 12 15

11

RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP

### ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 17 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, **João Monteiro de Barros**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portador da Carteira de Identidade RG nº 47.059.700-8 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 361.027.948-69, e **Lara Melo Monteiro de Barros**, brasileira, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portadora da Carteira de Identidade RG nº 44.662.946-7 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 336.245.158-61, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.0219001.2, e inscrita no CNPJ sob o nº 44.776.706/0001-15, resolvem alterar e consolidar o contrato social da seguinte forma:

#### ALTERAÇÃO

I - Abertura de estabelecimento filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, sala 2, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000.

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 1ª** - A sociedade gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

**Parágrafo único** - A sociedade possui um estabelecimento filial na Rua Fuzinato Bertazi, nº 269, sala 2, bairro Patrimônio, município de Colina, Estado de São Paulo, CEP 14770-000.

**Cláusula 2ª** - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

**Cláusula 3ª** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

1/4

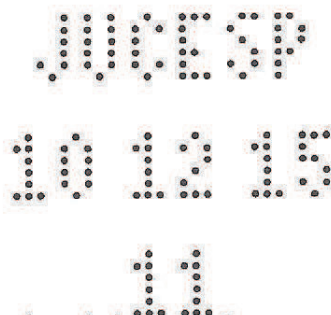
*Handwritten signature and initials*

AUTENTICAÇÃO  
2o. TABELÃO DE NOTAS DE BARRETOS  
RUA 10, NRO. 826 - BARRETOS - SP. FONE: 3324-1004  
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPRODUZIDA CONFORME O ORIGINAL  
QUE DOU FE.  
BARRETOS, 16 de dezembro de 2015.



Nº 2,73  
VALIDO SOBRENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





**Cláusula 4ª** - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seus órgãos competentes, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

**Cláusula 5ª** - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

**Cláusula 6ª** - O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuído entre os sócios:

João Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Total	1.800 quotas	R\$ 180.000,00

**Cláusula 7ª** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula 8ª** - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Cláusula 9ª** - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula 10** - A administração da sociedade será exercida, isoladamente e em conjunto, pelos sócios João Monteiro de Barros e Lara Melo Monteiro de Barros, investidos de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.

**Parágrafo único** - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores.

**Cláusula 11** - Os sócios, pelo exercício da administração da sociedade, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre eles.

2/4

*[Handwritten signatures]*

AUTENTICAÇÃO  
20. TABELADO DE NOTAS DE BARROS  
RUA 18, NRO. 826 - BARROS - SP. FONE: 3324-1000  
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPRODUZIDA CONFORME O ORIGINAL  
QUE DOU FE,  
BARROS, 15 de dezembro de 2015.



R\$ 2,75  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



00:39  
10 12 15  
11

**Cláusula 12** - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**Cláusula 13** - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

**Cláusula 14** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

**Cláusula 15** - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, ao qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência.

**Parágrafo único** - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção ao outro sócio, dando a este o prazo de sessenta dias para que possa exercer o direito de preferência.

**Cláusula 16** - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula 17** - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, os haveres serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios proporcionalmente ao número de quotas que cada um possuir.

**Cláusula 18** - Os sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Cláusula 19** - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

**Cláusula 20** - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

3/4

AUTENTICAÇÃO  
24. TABELAÇÃO DE NOTAS DE BARRETOS  
RUA 18, NRO. 826 - BARRETOS - SP. FONE: 3324-1004  
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPRODUZIDA CONFORME O ORIGINAL  
QUE DOU FE.  
BARRETOS, 15 de dezembro de 2015.



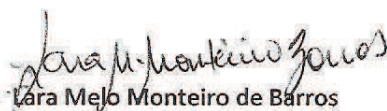
R\$ 2,70  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

JUCESP  
10 12 15  
11


E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.


Barretos, 10 de novembro de 2015

  
João Monteiro de Barros

  
Lara Melo Monteiro de Barros

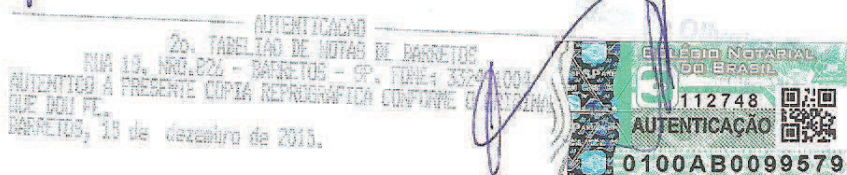
Testemunhas

  
José Pedro Domingues Nétto  
RG: 3.703.870 - SSP/SP

  
Marco Aurélio Domingues  
RG: 11.519.472-1 - SSP/SP

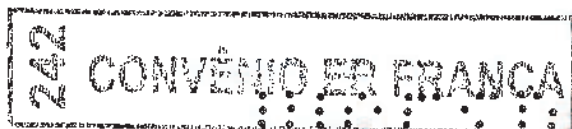


4/4



VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE





11



**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP**  
**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 16 E**  
**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**



Por este instrumento particular, **João Monteiro de Barros Neto**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.315.098-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 053.202.108-84, e **Lara Melo Monteiro de Barros**, brasileira, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portadora da Carteira de Identidade RG nº 44.662.946-7-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 336.245.158-61, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.0219001.2, e inscrita no CNPJ sob o nº 44.776.706/0001-15, resolvem alterar e consolidar o contrato social da sociedade, procedendo da forma a seguir:

**ALTERAÇÕES**

I - É admitido na sociedade, como sócio, **João Monteiro de Barros**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portador da Carteira de Identidade RG nº 47.059.700-8-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 361.027.948-69 mediante a aquisição de 900 (novecentas) quotas de capital, de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, pertencentes ao sócio **João Monteiro de Barros Neto**, pelo valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), pago neste ato em moeda corrente do país.

II - A sócia **Lara Melo Monteiro de Barros**, que possuía 18 (dezoito) quotas de capital, de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, no valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), altera sua participação no capital da sociedade mediante a aquisição de 882 (oitocentas e oitenta e duas) quotas de capital, de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, pertencentes ao sócio **João Monteiro de Barros Neto**, pelo valor total de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), pago neste ato em moeda corrente do país, e passa a possuir 900 (novecentas) quotas de capital, de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

III - O sócio **João Monteiro de Barros Neto**, que possuía 1.782 (mil setecentas e oitenta e duas) quotas de capital, de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, no valor total de R\$ 178.200,00 (cento e setenta e oito mil e duzentos reais), retira-se da sociedade mediante a venda da totalidade de suas quotas de capital, sendo 882 (oitocentas e oitenta e duas) quotas vendidas para **Lara Melo Monteiro de Barros** pelo valor total de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), recebido neste ato em moeda corrente do país, e 900 (novecentas) quotas vendidas para **João Monteiro de Barros** pelo valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), recebido neste ato em moeda corrente do país; e dá plena,

11



geral e irrevogável quitação do valor pelo qual vendeu suas quotas, como também dos direitos que possuía sobre elas.

IV - A distribuição do capital social entre os sócios passa a ser a seguinte:

João Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Total	1.800 quotas	R\$ 180.000,00



V - A administração da sociedade, que era exercida isoladamente pelo sócio João Monteiro de Barros Neto, será exercida, isoladamente e em conjunto, pelos sócios João Monteiro de Barros e Lara Melo Monteiro de Barros.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 1ª** - A sociedade gira sob a denominação social de **Rádio Independente de Barretos Ltda - EPP**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.

**Cláusula 2ª** - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

**Cláusula 3ª** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**Cláusula 4ª** - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seus órgãos competentes, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

**Cláusula 5ª** - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

**Cláusula 6ª** - O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, e assim distribuído entre os sócios:

João Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900 quotas	R\$ 90.000,00
Total	1.800 quotas	R\$ 180.000,00

**Cláusula 7ª** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula 8ª** - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.



cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

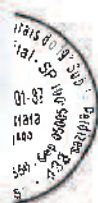
cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das

cento do  
mente, a  
estão das





JUCESP

11



**Cláusula 17** - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, os haveres serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios proporcionalmente ao número de quotas que cada um possuir.


**Cláusula 18** - Os sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Cláusula 19** - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

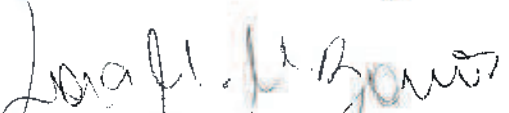
**Cláusula 20** - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

Barretos, 11 de dezembro de 2009

  
João Monteiro de Barros Neto

  
João Monteiro de Barros

  
Lara Melo Monteiro de Barros

ABELIÃO DE NOTAS DE BARRETOS  
20 n.º 952/09 - F. (17) 3323-5  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente  
Reprografia que esta conforme o original  
Apresentado de meu fiel.

Barretos, 07 JAN. 2010

Testemunhas:

  
José Pedro Domingues Netto  
RG: 3.703.870-SSP/SP

  
Marco Aurélio Domingues  
RG: 11.519.472-SSP/SP

SECRETARIA DA FAZENDA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY  
447.414/09-4 SECRETARIA GERAL



JUCESP

03000

11

00100

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
APROVAÇÃO DE ATO(S) PRATICADO(S)

ATESTO que o documento juntado às fls. 35/38 do processo de nº 53000-044710/2009 registrado/arquivado no(a) Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 447414/09-9 de interesse da Rádio Independente de Santos Ltda Serviço de OM/FM na localidade de Santos/Colina Estado de São Paulo, objeto da autorização contida na Portaria/Exposição de Matérias nº 956/2009 CONFERE com a minuta apresentada às fls. 04/20

*Maria Luiza Leite*

Balida Alves  
Coordenadora de Radiodifusão  
Região Sudeste e Distrito Federal  
Matrícula 228

RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA  
Diante do exposto, APROVO, com base no artigo 102 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e no Regimento Interno do Ministério das Comunicações, o(s) ato(s) praticado(s) por meio do referido documento.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

AUTORIDADE COMPETENTE (carimbo e assinatura)  
*Vanda Rubelo*

19º CARTÓRIO

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais  
19º Subdistrito - Perdizes - São Paulo - Capital

Rua Turiassu, 433 - Perdizes  
Fone: (11) 3862-9209 / 3864-4550  
CEP 05005-001 - São Paulo - SP

Reconheço por semelhança as firmas de: JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO, JOAO MONTEIRO DE BARROS e LARA MELO MONTEIRO DE BARROS, em documentos com valor econômico. Em testemunho dou fé.  
São Paulo, 14 de dezembro de 2009.

FADIANA ALBERTO BARBOSA - Escrevente Autorizada  
Válido somente com selo de autenticidade

Firma R 14.40 / 3 / 2003122114304500203038-2140

Adriana Inhotá da Silva Rodrigues  
Escrevente Autorizada



1º TABELÃO DE NOTAS DE BARRETOS - SP  
R 20 nº 952/054 - F: (17) 3323-5969  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia  
Reprográfica que está conforme o original a mim  
Apresentado do que dou fé.  
Valor Cobrado  
7 JAN. 2010 3320

Bel IVO MATARUCCO - Tabelão  
JOAO MONTEIRO DE BARROS NETO  
LARA MELO MONTEIRO DE BARROS  
THELMY FERNANDA MATARUCCO - Escrevente

LIÃO DE NOTA  
eli de Paula Dias  
Escrevente Autorizado



AUTENTICAÇÃO

2o. TABELIAO DE NOTAS DE BARRETOS

Autentico a Presente Cópia repografica conforme o original, do qua dou fe, Barretos, 11 de Janeiro de 2005

Colegio Notario do Brasil-SP

AUTENTICAÇÃO

0100AA170585

TABELIAO DE NOTAS  
RUA 10 N° 326 BARRETOS-SP  
FERNANDO MUZETI DA COSTA  
AUTORIZADO

Fernando Muzeti da Costa-fsc. Autorizado

1,60

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
0217948/004369881592228

11/12/04

201204

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 15 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

### RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA

Por este instrumento particular, **João Monteiro de Barros Neto**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.315.098-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 053.202.108-84; e **Lara Melo Monteiro de Barros**, brasileira, solteira, menor púbere, estudante, residente e domiciliada na Alameda Guatemala, nº 82, bairro City Barretos, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14784-020, portadora da Carteira de Identidade RG nº 44.662.946-7-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 336.245.158-61, nesta ato assistida por seu pai **João Monteiro de Barros Neto**, acima qualificado, únicos sócios componentes da sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, que gira sob o nome empresarial de **Rádio Independente de Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo, nº 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, inscrita no CNPJ sob o nº 44.776.706/0001-15, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o 264.997/60, em 21/10/1960, última alteração contratual sob o nº 273.582/02-1, em 11/12/2002, e NIRE 35.2.0219001.2, resolvem alterar e consolidar o contrato social, procedendo da forma a seguir:

I – Alterar o endereço da sede da sociedade, que era na Praça Joel Waldo, nº 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, para a Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574.

II – Adaptar o contrato social às disposições da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, dando nova redação às cláusulas contratuais.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 1ª** - A sociedade gira sob o nome empresarial de **Rádio Independente de Barretos Ltda**, com sede na Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1, Conjunto 1, bairro Centro, município de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14781-574, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo o território nacional.



AUTENTICAÇÃO  
2o. TABELA DE NOTAS DE BARRETOS  
Autentico a Presente Cópia repografica conforme o  
original, do que dou fe,  
Barretos, 11 de Janeiro de 2005

Fernando Muzeti da Costa-Esc. Autorizado

R\$ 1,60

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
0217950/004369921692450



SELO DE NOTAS  
18 nº 826 Barretos-SP  
FERNANDO MUZETI DA COSTA  
AUTORIZADO

000000  
301204

**Cláusula 2ª** - A sociedade tem por objeto social a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, mediante concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal.

**Cláusula 3ª** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**Cláusula 4ª** - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente, e de seu órgão competente, especialmente os relacionados à área da comunicação social e aos serviços de radiodifusão.

**Cláusula 5ª** - As alterações contratuais dependerão de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo, quando assim a legislação específica exigir.

**Cláusula 6ª** - O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

Sócios	Quotas	Valor
João Monteiro de Barros Neto	1.782	R\$ 178.200,00
Lara Melo Monteiro de Barros	18	R\$ 1.800,00
Total	1.800	R\$ 180.000,00

**Cláusula 7ª** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula 8ª** - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Cláusula 9ª** - A participação no capital social é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula 10** - A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio João Monteiro de Barros Neto, investido de poderes e atribuições para representá-la em juízo ou fora dele, e praticar todos os atos pertinentes à gestão empresarial, ficando autorizado o uso do nome empresarial apenas em negócios de interesse social.





**Parágrafo único** - A sociedade, na defesa de seus interesses, poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração, devendo neste caso seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

**Cláusula 11** - O sócio João Monteiro de Barros Neto, pelo exercício da administração da sociedade, terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujos valores serão fixados de comum acordo entre os sócios.

**Cláusula 12** - Os administradores que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**Cláusula 13** - Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

**Cláusula 14** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão prestadas contas justificadas da administração, procedendo à elaboração do Balanço Patrimonial e demais relatórios e demonstrativos previstos em lei, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

**Cláusula 15** - As quotas são indivisíveis, e não serão cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, na proporção das quotas que possuírem, e em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

**Parágrafo único** - O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção aos outros sócios, dando a estes o prazo de sessenta dias para que possam exercer o direito de preferência.

**Cláusula 16** - Em caso de falecimento ou impedimento legal de um dos sócios a sociedade continuará suas atividades com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula 17** - O sócio administrador João Monteiro de Barros Neto declara que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação, nas hipóteses mencionadas no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).



00139


301204

**Cláusula 18** - A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas da sociedade anônima.

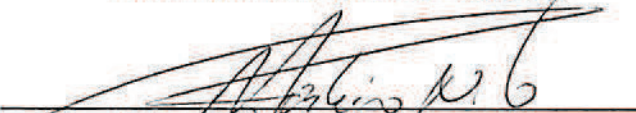
**Cláusula 19** - Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias.

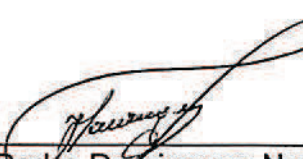
Barretos, 20 de dezembro de 2004

  
João Monteiro de Barros-Neto

  
Lara Melo Monteiro de Barros

  
João Monteiro de Barros-Neto  
Assistente da menor Lara Melo Monteiro de Barros

Testemunhas:

  
José Pedro Domingues Netto  
RG: 3.703.870-SSP/SP

  
Marco Aurélio Domingues  
RG: 11.519.472-SSP/SP

AUTENTICAÇÃO  
2o. TABELÃO DE NOTAS DE BARRETOS  
Autentico a Presente Cópia reprográfica conforme o original, do que dou fe,  
Barretos, 11 de Janeiro de 2005  
Fernando Muzeti da Costa-Esc. Autorizado  
R\$ 1,60  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
02179437004369781341673



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA  
DA CIDADANIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO 513.262/04-0  
PEDRO IVOL BIANCARDI BARBOZA  
SECRETÁRIO GERAL



JUCESP

2o. TABELÃO DE NOTAS  
RUA 18 nº 826 Barretos-SP  
FERNANDO MUZETI DA COSTA  
AUTORIZADO

4/4



**S. RÁDIO-INDEPENDENTE DE 1**  
CNPJ Nº 44.776.706/0



JUCESP PROTOCOLO  
559997/02-4



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO

- Cessão de Quotas
- Consolidação do Contrato Social em Novas Cláusulas

#### I - PREÂMBULO

16º TABELÃO DE NOTAS  
FÁBIO TADEU BISOGNIN  
TABELIÃO  
RUA AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR  
S. Paulo 13 DEZ. 2002

AUTENTICAÇÃO: Autentico esta  
cópia reprográfica, conforme o original  
e nada apresentado, do que dou fe,  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO



**JOÃO MONTEIRO DE BARROS NETO**, brasileiro, casado, jornalista e empresário, domiciliado na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à Alameda Guatemala, nº 82, Bairro City Barretos, portador da Cédula de Identidade – RG nº 9.315.098 – SSP/SP e do CPF nº 053.202.108-84 e

**ELOISA HELENA DE MELO MONTEIRO DE BARROS**, brasileira, casada, psicóloga e empresária, domiciliada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à Alameda Guatemala, 82, Bairro City Barretos, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 17.106.451 – SSP/SP e do CPF nº 109.014.628-02,

sócios componentes da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 44.776.706/0001-15, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Praça Joel Waldo nº 01 – Centro, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – “JUCESP” em 21/10/1960, sob nº 264.997/60 e última alteração arquivada na mesma repartição em 24/10/1995, sob nº 173.429/95-6 e NIRE nº 35.2.0219001.2, resolvem,



de comum e pleno acordo, realizar a décima quarta alteração do contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

## II - DELIBERAÇÕES

### 1 - Cessão de Quotas



Por consenso dos sócios, a cotista Eloisa Helena de Melo Monteiro de Barros, qualificada no preâmbulo deste instrumento, cede, sem quaisquer ônus, as 18 (dezoito) quotas de que é possuidora na sociedade, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), para sua filha **Lara Melo Monteiro de Barros**, brasileira, solteira, menor impúbere, domiciliada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à Alameda Guatemala, nº 82, Bairro City Barretos, portadora da Cédula de Identidade - RG nº 44.662.946-7 e do CPF nº 336.245.158-61, neste ato representada por seu genitor **João Monteiro de Barros Neto**.

Em decorrência, a Cláusula 4ª do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA 4ª** - O capital social é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), representado por 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

Cotistas	Quotas	Valor R\$
João Monteiro de Barros Neto	1782	178.200,00
Lara Melo Monteiro de Barros	<u>18</u>	<u>1.800,00</u>
<b>Total</b>	<b>1800</b>	<b>180.000,00</b>

§ 1º – A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social.



§ 2º – As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas, a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

## 2º – Consolidação do Contrato Social

Face a alteração no quadro societário, fica o contrato social da empresa consolidado em novas cláusulas assim dispostas:

### **III - CONTRATO SOCIAL**

#### **DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA**

**Cláusula Primeira** – A sociedade, regida pelas normas do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919 e demais disposições legais a ela aplicáveis, reveste-se da forma jurídica de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e gira sob a denominação de RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA..

#### **DA SEDE**

**Cláusula Segunda** – A sociedade tem sua sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Praça Joel Waldo nº 01 – Centro, podendo abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

#### **DO FORO**

**Cláusula Terceira** – A sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, como único competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências que eventualmente venham a surgir entre os sócios.

16º TABELIÃO DE NOTAS  
FÁBIO TADEU BISOGNIN  
TABELIÃO  
RUA AUGUSTA, 1639 - CERQUEIRA CÉSAR  
S. Paulo 13 DEZ. 2002  
AUTENTICAÇÃO: Autenticado esta  
cópia reprográfica, conforme original  
apresentado, do que dou fé.  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE







## DO OBJETIVO SOCIAL

**Cláusula Quarta** – A sociedade tem por finalidades e objetivos sociais a prestação de serviços de telecomunicações em geral e em especial a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, bem como de televisão a cabo, por assinatura, retransmissão e repetição de sinais de televisão, através de concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Governo Federal, de conformidade com procedimentos administrativos previstos no ordenamento jurídico.

## DO PRAZO DE DURAÇÃO

**Cláusula Quinta** – A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

## DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

**Cláusula Sexta** – A sociedade se compromete, por seus sócios/diretores, a não efetuar alteração neste contrato social, sem que tenha prévia autorização do Poder Concedente do Ministério das Comunicações, quando assim a legislação específica exigir.

**Parágrafo Primeiro** – As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros ou como dispuser a Constituição Federal.

**Parágrafo Segundo** – Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação no capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente.



**Parágrafo Terceiro** – As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos cotistas.

**Parágrafo Quarto** – A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

## DO CAPITAL

**Cláusula Sétima** – O capital social, totalmente integralizado

R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), representado por 1.800 (mil e oitocentas) quotas de R\$100,00 (cem reais) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

Cotistas	Quotas	Valor R\$
João Monteiro de Barros Neto	1782	178.200,00
Lara Melo Monteiro de Barros	<u>18</u>	<u>1.800,00</u>
<b>Total</b>	<b>1800</b>	<b>180.000,00</b>

**Parágrafo Único** – A responsabilidade de cada sócio é limitada a totalidade do capital social, nos termos do artigo 2º, in fine, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

## DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula Oitava** – A sociedade será administrada pelo sócio João Monteiro de Barros Neto, investido no cargo de Diretor-Gerente, ao qual serão conferido plenos poderes para praticar todos os atos de gerência, em juízo ou fora dele, na defesa dos interesses da empresa.





**Parágrafo Primeiro** – Fica vedado o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros.

**Parágrafo Segundo** – A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

**Parágrafo Terceiro** – A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração e gerência da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público Federal.

## **DA CESSÃO DE QUOTAS, SAÍDA, FALECIMENTO OU RETIRADA DE SÓCIOS**

**Cláusula Nona** – A cessão e transferência de quotas só poderá ocorrer com o consentimento por escrito dos demais sócios, tendo estes, na proporção das quotas que possui na sociedade, direito de preferência na sua aquisição.

**Cláusula Décima** – A retirada de sócios da sociedade será objeto de alteração do contrato social, submetida, previamente, quando for o caso, à aprovação do órgão competente do Governo Federal.

**Parágrafo Único** – Os haveres do sócio que porventura desejar se retirar da sociedade, serão apurados em balanço especial a ser levantado na data de seu efetivo desligamento e o seu montante será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas. Caso o balanço acuse a ocorrência de prejuízos, o sócio retirante os reporá à sociedade, na proporção de sua participação societária.



16º TABELÃO DE N  
FÁBIO TADEU BISOGNI  
TABELÃO  
RUA AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR  
13 DEZ. 2002  
16º  
SP 191284571482  
FABIO TADEU BISOGNI  
16º TABELÃO DE N  
FÁBIO TADEU BISOGNI  
TABELÃO  
RUA AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR  
13 DEZ. 2002  
16º  
SP 191284571482  
FABIO TADEU BISOGNI  
16º TABELÃO DE N  
FÁBIO TADEU BISOGNI  
TABELÃO  
RUA AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR  
13 DEZ. 2002  
16º  
SP 191284571482  
FABIO TADEU BISOGNI

**Cláusula Décima-Primeira** – O falecimento de qualquer dos sócios cotistas não dissolverá a sociedade, que continuará a existir com os remanescentes, sendo facultado aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, o ingresso na sociedade.

### **DA RETIRADA “PRÓ-LABORE”**

**Cláusula Décima-Segunda** – A remuneração mensal a ser retirada pelos dirigentes, a título de “pró-labore”, será fixada de comum acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade, obedecendo os limites estabelecidos pela legislação em vigor.

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO**

**Cláusula Décima Terceira** – O exercício social encerrar-se-á em trinta e um de Dezembro de cada ano, sendo os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, levantados nessas mesmas datas, distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da participação de cada um no capital social.

### **DO FUNDO DE RESERVA**

**Cláusula Décima-Quarta** – Dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo montante, destinada à formação de um fundo de reserva, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

### **DOS CASOS OMISSOS**

**Cláusula Décima-Quinta** – Os casos omissos neste contrato social serão regidos pela Lei Civil, Código Comercial e pelos dispositivos do Decreto nº



3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os sócios/dirigentes.

## DA RESPONSABILIDADE PENAL

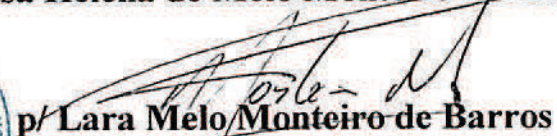
**Cláusula Décima-Sexta** – Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos na lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Barretos, 26 de novembro de 2002

  
**João Monteiro de Barros Neto**

  
**Eloisa Helena de Melo Monteiro de Barros**

  
**p/ Lara Melo Monteiro de Barros**

**João Monteiro de Barros Neto**


16º TABELIÃO DE NOTAS  
FÁBIO TADEU BISOGNIN  
TABELIÃO  
RUA AUGUSTA, 1638 - CERQUEIRA CÉSAR  
S. Paulo 13 DEZ. 2002

AUTENTICAÇÃO: Autentica esta  
cópia reprográfica, conforme o original  
a mim apresentado, do que dou fé  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

1912AC571483



**Testemunhas :**

  
**Nome: Marcelo Aparecido Coutinho da Silva**

**RG: 4.154.828 - SSP/SP**

**CPF: 379.476.568-00**

  
**Nome: Otávio Mendonça Tondi**

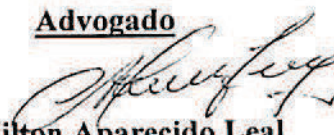
**RG: 14.184.082-1 - SSP/SP**

**CPF: 270.065.678-40**



**JUCESP**

**Advogado**

  
**Nilton Aparecido Leal**

**OAB/SP 65.849**



(C.G.C. nº 44.776.706/0001-15)

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 19, nº 1.363, portador da Carteira de Identidade 1.957.164 e do CIC 026.578.488-34, PAULO MONTEIRO/DE BARROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 29, nº 467, portador da Carteira de Identidade 1.519.272 e do CIC 026.552.418-00, DANIEL BAMPA NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 37, nº 655, portador da Carteira de Identidade 2.704.173 e do CIC 026.593.608-04 e JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Rua 12, nº 141, portador da Carteira de Identidade... 3.703.870 e do CIC 168.066.388-72, únicos sócios proprietários da Sociedade que gira sob a denominação social de RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA., estabelecida nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 17, nº 755, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 44.776.706/0001-15, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, nº 264.997, sessão de 21 de outubro de 1960, alteração de Contrato Social nº 744.993, sessão de 07 de novembro de 1974, alteração de Contrato Social nº 749.062, sessão de 03 de dezembro de 1974 e alteração de Contrato Social nº 871.857/76, sessão de 23 de setembro de 1976, RESOLVEM alterar seu contrato social, como/ a seguir é indicado:

A) - Resolvem, todos os sócios, aumentar seu capital social de mais Cr\$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) o qual sendo atualmente de Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), passará a ser de Cr\$770.000,00 (setecentos e setenta mil cruzeiros);

B) - O aumento de capital, ora acordado, de Cr\$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) será representado pela criação de mais 720.000 (setecentas e vinte mil) quotas, no valor de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, mediante o aproveitamento de LUCROS EM SUSPENSO, no valor de Cr\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil cruzeiros); FUNDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO, no valor de Cr\$... Cr\$233.000,00 (duzentos e trinta e três mil cruzeiros) e do FUNDO DE MANUTENÇÃO DO CAPITAL DE GIRO, no valor de Cr\$77.000,00 (setenta e sete mil cruzeiros), na conformidade com o disposto no artigo 129 do Decreto-Lei 401, de 30.12.66, combinado com o artigo 3º e seus parágrafos do Decreto 1.109 de 26.06.1970 que reformulou o Decreto-Lei 503 de 30.12.1968 e o artigo 83 e seus parágrafos da Lei - 3.470 de 28.11.1958, é realizado integralmente, com a participação de todos os sócios na proporção de suas quotas.

C) - Realizado o aumento acima, as 720.000 (setecentas e vinte mil) quotas ora acordadas, são distribuídas aos sócios na proporção direta das quotas que já possuem na Sociedade, a saber:



- o sócio João Monteiro de Barros Filho, que já é possuidor de 20.000 (vinte mil) quotas, no valor total de Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros) recebe mais 288.000 (duzentas e oitenta e oito) das novas quotas, no valor de Cr\$288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ficando, então possuidor de 308.000 (trezentos e oito mil) quotas, no valor total de Cr\$308.000,00 (trezentos e oito mil cruzeiros);

- o sócio Paulo Monteiro de Barros, que já é possuidor de 15.000 (quinze mil) quotas, no valor total de Cr\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros), recebe mais 216.000 (duzentas e dezesseis mil) das novas quotas, no valor de Cr\$216.000,00 (duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ficando, então possuidor de 231.000 (duzentas e trinta e uma) quotas, no valor total de Cr\$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil - cruzeiros);

- o sócio Daniel Bampa Netto, que já é possuidor de 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), recebe mais 108.000 (cento e oito mil) das novas quotas, no valor de Cr\$108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), ficando, então, possuidor de 115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros);

- o sócio José Pedro Domingues Netto, que já é possuidor de 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), recebe mais 108.000 (cento e oito mil) das novas quotas, no valor de Cr\$..... Cr\$108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), ficando, então, possuidor de 115.500/ (cento e quinze mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento/ e quinze mil e quinhentos cruzeiros).

D) - Retira-se da Sociedade o sócio Daniel Bampa Netto o qual sendo possuidor de 115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) quotas no valor total de Cr\$115.500,00/ (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros) cede, como cedido está, a totalidade/ dessas quotas ao sócio João Monteiro de Barros Filho, do que o cedente dá plena e geral quitação tanto no que se refere ao valor de suas quotas como, também, por saldos, lucros ou prejuízos verificados.

E) - Resolvem, todos os sócios, modificar o valor unitário das quotas, atualmente de Cr\$1.00 (hum cruzeiros) para Cr\$100,00 (cem cruzeiros).

F) - A fim de tornar o contrato mais explícito e mais consentâneo com a legislação em vigor e consolidando neste mesmo as alterações contratuais anteriores, concordam todos os sócios em, dar-lhe nova redação passando os negócios da Sociedade a serem regidos pelas condições resumidas nas Cláusulas seguintes, depois de aprovadas pelos órgãos competentes do Governo Federal.

**CLÁUSULA I** - A Sociedade girará sob a razão social "RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.", tendo sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo.

**CLÁUSULA II** - A Sociedade têm como objetivo a execução de serviço de radiodifusão de qualquer modalidade, na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, ou em qualquer outra localidade do País, desde que, o Governo Federal lhe outorgue concessões ou permissões, podendo, paralelamente, explorar a propaganda comercial e serviço de música funcional.

**Parágrafo 1º** - A execução dos serviços a que se refere esta Cláusula obedecerá, - sempre, a legislação que reger os serviços de radiodifusão, visando a fins educacionais, cívicos, patrióticos e recreativos.

**Parágrafo 2º** - Para a consecução de seus objetivos, a Sociedade poderá instalar - estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, abrir e fechar sucursais, em qualquer localidade do País, podendo para tanto, a Gerência destacar a parte do capital social que destinará à atividade de sucursal, mediante arquivamento de tal ato no Registro de Comércio competente.



CLÁUSULA III - A duração da Sociedade é por prazo indeterminado observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$770.000,00, (setecentos e setenta mil cruzeiros), representando 7.700 (sete mil e setecentas) quotas no valor de Cr\$100,00 (cem cruzeiros) cada uma e assim subscritas pelos sócios:

- o sócio João Monteiro de Barros Filho com 4.235 (quatro mil duzentas e trinta e cinco) quotas, no valor total de Cr\$423.500,00 (quatrocentos e vinte três mil e quinhentos cruzeiros);

- o sócio Paulo Monteiro de Barros com 2.310 (duas mil trezentas e dez) quotas, no valor total de Cr\$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil cruzeiros);

- o sócio José Pedro Domingues Netto com 1.155 (um mil cento e cinquenta e cinco) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros).

O capital de cada sócio já está totalmente integralizado.

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social.

Parágrafo 2º - As cotas representativas do capital social são indivisíveis e, para cada uma delas, a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA V - É vedado o ingresso, na Sociedade, à pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidos brasileiros.

CLÁUSULA VI - As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA VII - Na hipótese de qualquer dos sócios desejar transferir a totalidade ou parte de suas quotas, terão preferência absoluta para aquisição os demais sócios aos quais o sócio interessado deverá comunicar sua intenção por escrito.

Parágrafo 1º - O sócio interessado em transferir suas quotas deverá conceder aos demais, por escrito, um prazo para resposta nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 2º - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles, na proporção direta da quantidade de cotas que já possuírem.

CLÁUSULA VIII - Ocorrendo o falecimento ou incapacidade de qualquer dos sócios, os remanescentes notificarão aos herdeiros e sucessores do sócio premorto, cientificando-os da existência deste contrato. Nos 30 (trinta) dias seguintes os notificados deverão indicar pessoa habilitada para, em seu nome, acompanhar o levantamento de um balanço geral que se procederá dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data do falecimento. Conforme combinarem as partes, os herdeiros, desde que legalmente capazes e cujos nomes sejam previamente aprovados pelos órgãos competentes do Governo Federal, ou não havendo interesse ser-lhes-ão pagos todos os seus haveres apurados, no balanço, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias a contar da data do levantamento do balanço geral mencionado acima. Se houver prejuízo, os herdeiros ficarão obrigados a pagá-los no mesmo prazo e condições. A Sociedade não se dissolverá por morte de quaisquer dos sócios.

CLÁUSULA IX - A Sociedade será administrada por um sócio-gerente ao qual são conferidos plenos e amplos poderes para praticar os atos normais de gerência e administração, na defesa dos interesses da Sociedade, em juízo ou fora dele, sendo vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade, bem como em aval, fiança ou garantia em favor de terceiros.



Parágrafo 1º - A Sociedade poderá fazer-se representar, também, em juízo ou fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes fixados nos respectivos instrumentos de mandato; sempre que a Lei o exigir, conforme sejam os poderes outorgados, o procurador ou procuradores deverão ter seus nomes aprovados, previamente, pelo órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo 2º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Sociedade caberá somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA X - Fica investido no cargo de sócio-gerente o sócio João Monteiro de Barros Filho, dispensado de caução.

CLÁUSULA XI - A título de "pro-labore", o sócio-gerente retirará, mensalmente, uma importância a ser fixada de comum acordo entre os sócios, a qual será levada a débito da conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA XII - O ano social coincide com o ano civil. Anualmente, no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados no exercício; os lucros ou prejuízos apurados serão divididos entre os sócios, na proporção direta da quantidade de quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da Sociedade, conforme ficar resolvido na oportunidade, por decisão de maioria de quotas.

Parágrafo Único - Poderão ser levantados balanços intercalares dos negócios sociais, em qualquer época do ano, permitindo apuração de lucros para fins de capitalização ou de distribuição antecipada de resultado.

CLÁUSULA XIII - O quadro de empregados da Sociedade será sempre constituído, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de brasileiros.

CLÁUSULA XIV - O presente contrato não poderá ser alterado ou modificado sem prévia autorização dos órgãos competentes do Governo Federal.

CLÁUSULA XV - Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente Contrato, os sócios elegem o Foro da Comarca de Barretos, no Estado de São Paulo.

E por estarem, todos os sócios, assim justos e contratados, assinam o presente instrumento datilografado em 4 (quatro) vias, para um só efeito, perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Barretos, 02 de Agosto de 1977

João Monteiro de Barros Filho

Paulo Monteiro de Barros

Daniel Ramal Netto

Jose Pedro Domingues Netto

CA  
Rus

ASSINAM PELA FIRMA QUEM DE DIREITO

João Monteiro de Barros Filho

Jed.

Paulo Monteiro de Barros

L.

Jose Pedro Domingues Netto



79

79

79

79

79

79

79

三、四、五、六

三、四、五、六

[illegible]

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六

三、四、五、六









710 ANEXO:- as firmas retas do João Ponteiro de Barros Filho, au-  
lo Ponteiro de Barros, Daniel Soares Netto, José Pedro Domingues -  
Netto, e por quem assina pela firma quem de direito João Ponteiro-  
de Barros Filho, João Ponteiro de Barros, Daniel Soares Netto e Jo-  
sé Pedro Domingues Netto, e das testemunhas Maria Salvani e Cecy  
Batista.- Tudo o referido é verdade e sou fé.- dada e passada nes-  
ta cidade e comarca do Barroto, estado de São Paulo, Cartório de  
Primeiro Ofício, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto de --  
ano de mil novecentos e setenta e seis (1.976) -----

“D. V. C. A. E.”

23 SET 1976

271.857-176

RECEBUE  
20/08/1976



ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA S CIEDADE POR QUOTAS DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os signatários deste instrumento particular de alteração contratual, JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Est. de São Paulo, na Rua 30 nº 1.214, PAULO MONTEIRO DE BARROS, brasileiro, casado, médico, domiciliado e residente nesta cidade de Barretos, Est. S. Paulo, na Avenida 29 nº 467, DANIEL BAMPA NETO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Est. S. Paulo, na Rua 12 nº 1352 e JOSE PEDRO DOMINGUES NETO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Rua 12 nº 141, componentes da sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada constituída sob a razão - ou melhor, sob a denominação social de

**RADIO PIRATILINGA DE BARRETOS LTDA.**

estabelecida nesta cidade de Barretos, Est. de São Paulo, na Avenida 17 nº 755, com Contrato Social, arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 264.997, sessão de 21 de outubro de 1.960, Alteração Contratual nº 744.993, sessão de 7 de novembro de 1.974, de comum acordo resolvem fazer uma alteração e o fazem pela forma seguinte:

- O capital social que era de Cr\$ 1.000,00 ( Hum mil cruzeiros), dividido em 1.000 ( mil ) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), cada uma, pertencendo 300 ( trezentas) quotas, ao Socio Paulo Monteiro de Barros, no total de Cr\$ 300,00 ( Trezentos cruzeiros); 400 ( quatrocentas) quotas, ao sócio Joao Monteiro de Barros, Filho, no total de Cr\$ 400,00 ( Quatrocentos cruzeiros); 150 ( cento e cinquenta) quotas de Cr\$ 1,00 - ao sócio Daniel Bampa Neto, no total de Cr\$ 150,00 ( cento e cinquenta cruzeiros) e 150 ( cento e cinquenta) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), ao sócio Jose Pedro Domingues Neto, no valor de Cr\$ 150,00 ( cento e cinquenta cruzeiros), FICA - NESTE ATO ELEVADO para Cr\$ 50.000,00 ( CINCOENTA MIL CRUZEIROS), dividido entre os socios da forma seguinte: 20.000 (vinte mil) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), ao socio JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, no valor de Cr\$ 20.000,00 ( VINTE MIL CRUZEIROS), 15.000 ( quinze mil) quotas de 1,00 ( hum cruzeiro) ao socio PAULO MONTEIRO DE BARROS, no valor de Cr\$ 15.000,00 ( QUINZE MIL CRUZEIROS), 7.500 ( sete mil e quinhentas) quotas de Cr\$ 1,00 ( hum cruzeiro), ao socio DANIEL BAMPA NETO, no valor de Cr\$ 7.500,00 ( SETE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS) e, 7.500 ( sete mil e quinhentas) quotas de Cr\$ 1,00 ( Hum mil, digo, um cruzeiro), ao socio JOSE PEDRO DOMINGUES NETO, no valor de Cr\$ 7.500,00 ( SETE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS).

- O presente aumento de capital no montante de Cr\$ :::: 49.000,00 ( QUARENTA E NOVE MIL CRUZEIROS), é efetivado mediante o aproveitamento de LUCROS EM SUSPENSOS, na conformidade com o disposto no artigo 12º, do Decreto-Lei 401, de 30.12.66, combinado com o artigo 3º e seus parágrafos do Decreto-1109, de 26.6.1970, que reformulou o Decreto-Lei 503, de 30.12.68, e o artigo 83º e seus parágrafos da Lei 3470, de 28.11.1958, e realizado e integralmente, com a participação de todos os socios na proporção de suas quotas e na importância a saber:-



- 1 - a 50% do valor do terreno, CR\$ 19.600,00 (Deze-  
nove mil e seiscentos cruzeiros);
  - 2 - a 50% do valor do terreno, CR\$ 14.700,00 (Quatroze -  
mil e setecentos cruzeiros);
  - 3 - a 50% do valor do terreno, CR\$ 7.350,00 (Sete mil, trezentos  
e cinquenta cruzeiros);
  - 4 - a 50% do valor do terreno, CR\$ 7.350,00 (Sete mil -  
trezentos e cinquenta cruzeiros).
- A responsabilidade dos lotes é nos termos do artigo 20-  
in-fine - do Decreto-Lei 9.700, de 10 de Janeiro de 1.919, limi-  
tada a importância total da lotação.

Curitiba, 02 de dezembro de 1.974.

\_\_\_\_\_  
João Monteiro de Barros Filho

\_\_\_\_\_  
Paulo Monteiro de Barros

\_\_\_\_\_  
Daniel Augusto Neto

\_\_\_\_\_  
João Paulo Monteiro Neto

\_\_\_\_\_  
OCTUBRE 1974

\_\_\_\_\_  
João Monteiro de Barros Filho

\_\_\_\_\_  
Paulo Monteiro de Barros

\_\_\_\_\_  
Daniel Augusto Neto

\_\_\_\_\_  
João Paulo Monteiro Neto



**RECONHEÇO:** - as firmas retro de João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Neto, José Pedro Domingues Neto, das testemunhas Roberval Câmara e Antonio Ocunnavi no, e por quem assina pela firma quem de direito João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Neto e José Pedro Domingues Neto. Tudo o referido é verdade e sou fê. Dada e passada nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, Cartório do Primeiro Ofício, aos dois (02) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro - (1.974). - - - - -

" Al. T. ... " da Verdade. "

STENOGRAFIA LAMARCA  
Barretos - SP

7150623674

2.º CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO  
DE JUSTIÇA  
**AUTENTICAÇÃO**  
Conferi e declaro que a presente cópia é  
igual ao original. Dou fé.  
Barretos 4 de Jan de 19 79  
— O ESCRIVÃO —  
(ART. 739 - § 1º DA CONSOLIDAÇÃO DE NORMAS DA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA).

EMOLUMENTOS DO  
ESTADO E T. A. S. J.  
PAGO POR VERBA

2.º CARTÓRIO  
DE NOTAS E OFÍCIO  
DE JUSTIÇA  
EXCERTO  
Ribeiro Francisco Vieira  
Escritura Autêntica



Luiz Alvaro Leuzzi, possuidor de 166 cotas, no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros), cedendo 84 cotas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, qualificado acima, e as restantes 82 cotas, à DANIEL BAMPA NETO, brasileiro, casado, contador, domiciliado e residente à Rua 12, nº 1352, na cidade de Barretos, portador do Cíc nº 026593608 e RG nº 2.704.173.

José Angelo Leuzzi, possuidor de 166 cotas, no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros), cedendo 68 cotas a DANIEL BAMPA NETO, qualificado acima, e as restantes 98 cotas a JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETO, brasileiro, casado, contador, domiciliado e residente à Rua 12 nº 141, na cidade de Barretos, portador do CÍC nº 168066388 e RG. nº 3.703.870.

Finalmente, Miguel Leuzzi, possuidor de 52 cotas no valor de Cr.\$52,00, (cincoenta e dois cruzeiros), cedendo a totalidade de suas cotas a JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETO, qualificado acima.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

Os cotistas retirantes declaram que, estão integralmente pagos e satisfeitos, tanto no que se refere ao valor de suas cotas, como também, por saldos e lucros verificados.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Com as transferencias de cotas propostas, o quadro social da entidade ficará assim constituído:

João Monteiro de Barros Filho,	400 cotas no valor de Cr.\$400,00
Paulo Monteiro de Barros.....	300 cotas no valor de Cr.\$300,00
Daniel Bampa Neto.....	150 cotas no valor de Cr.\$150,00
José Pedro Domingues Neto.....	150 cotas no valor de Cr.\$150,00
<b>Total</b>	<b>1.000 cotas no valor de Cr\$1.000,00</b>



*[Signature]*

*[Signature]*

*Paulo R. Gomes*

*[Signature]*

*Michael Felt*

RECEBUE SEB 744.993-74

07 NOV 1974

*[Signature]*

ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA EMPRESA S.A. EM 12-11-74  
A REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA EMPRESA S.A. EM 12-11-74, COM A PARTICIPACAO DOS SENhores  
DIRETORES, PRESIDENTE E ADMINISTRADOR, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE  
OS ASSUNTOS DE INTERESSE DA EMPRESA, CONFORME O ORDEN DIA ANEXO, RESULTOU EM  
RESOLUCOES DE CONTA DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA EMPRESA S.A. EM 12-11-74  
A REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA EMPRESA S.A. EM 12-11-74, COM A PARTICIPACAO DOS SENhores  
DIRETORES, PRESIDENTE E ADMINISTRADOR, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE  
OS ASSUNTOS DE INTERESSE DA EMPRESA, CONFORME O ORDEN DIA ANEXO, RESULTOU EM  
RESOLUCOES DE CONTA DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA EMPRESA S.A. EM 12-11-74



## PARÁGRAFO ÚNICO

As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração, de prévia anuência do poder concedente.

## CLAUSULA TERCEIRA

A gerência da sociedade será exercida pelo cotista JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, que agirá sempre, no interesse da empresa.

## CLUSULA QUARTA

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições constantes do contrato social anterior e não revogadas por este instrumento.

E, por estarem em tudo, justos e contratados, assinam este instrumento de alteração contratual, através de seus bastante procuradores, que uma vez aprovado pelo Ministério das Comunicações, será levado a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Barretos, em 31 de Outubro de 1974, digo,  
Barretos, em 09 de janeiro de 1974

Por Lina Giorgi Leuzzi

Miguel Leuzzi Junior

Luiz Alvaro Leuzzi

José Angelo Leuzzi

Miguel Leuzzi

*[Assinatura]* *[Assinatura]*  
Radio Piratininga de Barretos Ltda

Testemunhas

*[Assinatura]*  
João Monteiro de Barros Filho

*[Assinatura]*  
Paulo Monteiro de Barros

*[Assinatura]*  
Daniel Bappa Neto

*[Assinatura]*  
José Pedro Domingues Neto



**RECONHEÇO:-** as firmas retro de João Monteiro de Barros Filho ,  
Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Netto e José Pedro Do  
mingues Netto. Todo o referido é verdade e dou fé. Dada e passa  
da nesta cidade e comarca de Barretos, Estado de São Paulo, Car  
tório do Primeiro Ofício, aos vinte e nove (29) dias do mês de  
outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974). --

" EM TESTE " DA VERDADE, "

EMOLUMENTOS DO  
ESTADO E T.A.S.J.  
PAGO POR VERBA

RECONHECER NO 8.º  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 318  
SAO PAULO - CAPITAL

JUCESF  
REGISTRADO SOB N.º 74.993-1-74

07 NOV 1974

3º TABELIAO

MARIA JOSÉ CARDEAL DE GONÇALVES  
Av. São Luiz, 192 - L. 10 - Tel. 257-5411

Reconheço a \_\_\_\_\_ firma \_\_\_\_\_

S. Paulo, 81 J. OCT. n 1374

Em test[?] \_\_\_\_\_

RODOLFO ALVES DE LIMA

JOSE CARLOS DE LIMA

Em test[?] \_\_\_\_\_

De ofício \_\_\_\_\_

pagamento de 6/78



## CONTRATO PARTICULAR DE SOCIEDADE POR QUÓTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Por este instrumento particular, os abaixo assinados, LINA GIORGI LEUZZI, brasileira, casada, de prendas domésticas, MIGUEL - LEUZZI JUNIOR, brasileiro, solteiro, estudante, JOSÉ ANGELO LEUZZI, brasileiro, solteiro, estudante, LUIZ ALVARO LEUZZI, brasileiro, - solteiro, estudante, DR. MIGUEL LEUZZI, brasileiro, casado, médico, todos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, - com a finalidade de explorar a concessão ou permissão que lhe foi - outorgada por ato dos poderes públicos, para instalar uma estação - de radiodifusão nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, ou - em outra qualquer localidade do território nacional, exploração essa sempre sujeita e de acordo com a legislação específica, visando sem - pre os fins educacionais, cívicos e patrióticos, tendo paralelamente, como objetivo que lhe propiciará a indispensável fonte de receita, o comércio de propaganda e atividades correlatas e o que mais - convier. A Sociedade terá o seu fóro e sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à Praça Francisco Barreto, nº260 - podendo - abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, sempre que lhe convier. Todos os negócios serão regidos pelas condições, resumidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I

A sociedade girará sob a denominação de RÁDIO PIRATININGA - DE BARRETOS LTDA, e terá como principal objetivo a instalação de estações radiodifusoras com finalidade educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante a obtenção do GOVERNO FEDERAL, de concessões ou permissões, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II

A sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando de sua dissolução os preceitos da lei específica.

-segue-



CLÁUSULA III

A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente, todas as leis, regulamentos e instruções vigentes ou que vierem a vigorar referente à radiodifusão.

CLÁUSULA IV

A sociedade por todos os seus quotistas se obriga a não efetuar qualquer alteração do presente contrato, sem que tenha, para isso, previamente, obtido autorização dos poderes públicos competentes.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são inalienáveis e intransferíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, observando o artigo 160 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VI

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA VII

O capital será inicialmente de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), representado por 1.000 (mil) quotas no valor de Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma assim distribuídas: LINA GIORGI LEUZZI, 450 (quatrocentas e cinquenta), quotas no valor de Cr\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), MIGUEL LEUZZI JUNIOR, 166 (cento e sessenta e seis), quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), JOSÉ ANGELO LEUZZI, 166 (cento e sessenta e seis) quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), LUIZ ALVARO LEUZZI, 166 (cento e sessenta e seis) quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), DR.MIGUEL LEUZZI, 52 (cincoenta e duas quotas no valor de Cr\$52.000,00 (cincoenta e dois mil cruzeiros), respondendo cada um dos socios pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA VIII

A sociedade será administrada por dois diretores, sócios quotistas, sendo um Diretor Superintendente e outro Diretor Gerente, nos

-3310-



quais serão conferidos, para esse fim, os poderes da gerência, função em que defenderão os interesses da Sociedade em juízo ou fóra dele - cargos estes, que neste ato são atribuídos, o primeiro, ao quótista JOSÉ ANGELO LEUZZI e o segundo ao quótista MIGUEL LEUZZI JUNIOR.

#### CLÁUSULA IX

A sociedade poderá constituir procuradores que a representem em todos os atos de interesse da mesma, gerindo e administrando, devendo, nesse caso, ser solicitada, para tal designação, prévia autorização do Governo Federal apresentando-se, na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro - nato e de idoneidade moral, comprovada pelo competente atestado.

#### CLÁUSULA X

Para os cargos de gerente, procurador, administradores, locutores e encarregados das instalações rádio elétricas só serão admitidos brasileiros natos.

#### CLÁUSULA XI

Todos os documentos e compromissos em que resultem responsabilidade de qualquer ordem para a sociedade, deverão ser sempre firmados pelos diretores superintendente e gerente.

#### CLÁUSULA XII

No fim de cada ano será levantado um balanço geral, para efeito de apuração de lucros ou prejuízos da sociedade. Dos lucros líquidos verificados nos exercícios serão deduzidos 10% (dez por cento) - que se destinarão à constituição da reserva, providência esta que será facultativa, desde que o referido fundo atinja a metade do capital sócioal.

#### CLÁUSULA XIII

A distribuição dos lucros será sempre suspensa quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem - no funcionamento das estações.

#### CLÁUSULA XIV

Os lucros líquidos restantes serão distribuídos entre os quótistas na proporção de suas quotas.



CLÁUSULA XV

Os casos não previstos no presente contrato, serão resolvidos de acôrdo com os dispositivos da Lei nº3708 de 10 de Janeiro de 1919, que regula o funcionamento das sociedades por quotas.

DISPOSIÇÕES FINAIS - E por estarem de pleno acôrdo com o presente contrato, assinam o mesmo em quatro vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo assinadas, para todos os fins de direito, - estando a primeira via selada por verba fiscal de acôrdo com a lei e as demais vias devidamente averbadas.

*S. Paulo 29 Setembro 1960*

## TESTEMUNHAS

*[Signature]*  
Luiz De Martino

*[Signature]*  
Aparecido Balestro

*[Signature]*  
Dna. Lina Giorgi Leuzzi

*[Signature]*  
Miguel Leuzzi Junior

*[Signature]*  
José Angelo Leuzzi

*[Signature]*  
Luiz Alvaro Leuzzi

DR. MIGUEL LEUZZI

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
RECEBEDORIA FEDERAL EM SÃO PAULO

Verbo N.º 179/60 R\$ 1.000,00

Pagou \_\_\_\_\_

S. Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

O Ajudante de Tesoureiro \_\_\_\_\_

O Escrivão do Edele \_\_\_\_\_

ATENÇÃO: - O presente documento é de uso exclusivo da Receita Federal de São Paulo.





A collection of ten cancelled postage stamps from Brazil, arranged in two rows of five. Each stamp features a map of Brazil and the word 'BRASIL'. The stamps are cancelled with various postmark patterns, including wavy lines and circular marks. The denominations and dates are visible on some stamps: '100' and '10' are seen on several, and dates like '1960' and '1961' are also present. The stamps are mounted on a light-colored, textured card.

264,997.7=60

- 3 NOV 1974

## AUTHENTIC

GOPIA

SECRETARIA DA JUSTICA  
CARTÃO DE REGISTRO DO ADOPTIVO  
Atividade de Registro de Adoção  
Nº de Registro de Adoção

Dr. RICHARDO GARCIA

## RÁDIO PIRATIN

Certifico que a primeira via deste documento  
foi arquivada sob o n.º 264997  
por decisão da Junta em sessão de hoje, Junta  
Comercial do Estado de São Paulo,

de \_\_\_\_\_ de 1920

*Perceval Leite Brito*  
P PERCEVAL LEITE BRITO - Secretário

2º CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO  
DE JUSTIÇA

**AUTENTICAÇÃO**  
Conferi e declaro que a presente cópia é  
Igual ao original. Dom 16.

Barileto de la de 19 79

**EMOLUMENTOS DO  
ESTADO E T.A.S. J  
PAGO POR VERBA**

2º CARTÓRIO  
- BARRETOS -  
Antonio Olinio Nogueira  
ESCRIVÃO  
Raimundo Francisco Neto  
Escritor de Fato



112286

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RÁDIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA  
C.G.C. 44.776.706/001

Os abaixo assinados, através de seus bastan-  
te procuradores, a saber: LINA GIORGI LEUZZI, MIGUEL LEUZZI JUNIOR  
JOSÉ ANGELO LEUZZI, LUIZ ALVARO LEUZZI, e MIGUEL LEUZZI, casados -  
brasileiros, domiciliados e residentes em São Paulo, componentes -  
da totalidade das cotas representativas do capital social da socie-  
dade por cotas de responsabilidade limitada, sediada na cidade de  
Barretos, Estado de São Paulo, sob a denominação de RÁDIO PIRATI-  
NINGA DE BARRETOS LTDA. conforme contrato social arquivado na Jun-  
ta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 264.997, datado de  
21/10/60, resolvem, de comum acôrdo, promover a alteração do refe-  
rido contrato sovia, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Retiram-se da sociedade, neste ato, e por -  
meio deste instrumento, os cotistas:

Lina Giorgi Leuzzi, possuidora de 450 cotas  
no valor de Cr.\$450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros), cede  
400 cotas a JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro, casado, -  
jornalista, domiciliado e residente a rua nº 30, nº 1.214, porta-  
dor do CIC nº 026578488 e RG nº 1.957. 164. e as restantes 50 co-  
tas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, brasileiro, casado, médico, domici-  
liado e residente à Avenida 29, nº 467, na cidade de Barretos, por-  
tador do CIC nº 026552418 e RG nº 1.519.272.

Miguel Leuzzi Junior, possuidor de 166 co -  
tas no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros cede  
a totalidade de suas cotas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, qualifica-  
do acima.







RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.

(C.G.C. nº 44.776.706/0001-15)

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 19, nº 1.363, portador da Carteira de Identidade 1.957.164 e do CIC 026.578.400-34, PAULO MONTEIRO/DE BARROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 29, nº 467, portador da Carteira de Identidade 1.519.272 e do CIC 026.552.418-00, DANIEL DAMPA NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 37, nº 655, portador da Carteira de Identidade 2.704.173 e do CIC 026.593.608-04 e JOSE PEDRO DOMINGUES NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Rua 12, nº 141, portador da Carteira de Identidade... 3.703.870 e do CIC 168.066.388-72, únicos sócios proprietários da Sociedade que gira sob a denominação social de RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA., estabelecida nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 17, nº 755, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 44.776.706/0001-15, com Contrato Social arquivado/na Junta Comercial do Estado de São Paulo, nº 264.997, sessão de 21 de outubro de 1960, alteração de Contrato Social nº 744.993, sessão de 07 de novembro de 1974, alteração de Contrato Social nº 749.062, sessão de 03 de dezembro de 1974, e alteração de Contrato Social nº 871.857/76, sessão de 23 de setembro de 1976, RESOLVEM alterar seu contrato social, como/ a seguir é indicado:

A) - Resolvem, todos os sócios, aumentar seu capital social de mais Cr\$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) o qual sendo atualmente de Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), passará a ser de Cr\$770.000,00 (setecentos e setenta mil cruzeiros);

B) - O aumento de capital, ora acordado, de Cr\$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) será representado pela criação de mais 720.000 (setecentas e vinte mil) quotas, no valor de Cr\$1,00 (um cruzeiro) cada uma, mediante o aproveitamento de LUCROS EM SUSPENSO, no valor de Cr\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil cruzeiros); FUNDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO, no valor de Cr\$... Cr\$233.000,00 (duzentos e trinta e três mil cruzeiros) e do FUNDO DE MANUTENÇÃO DO CAPITAL DE GIRO, no valor de Cr\$77.000,00 (setenta e sete mil cruzeiros), na conformidade com o disposto no artigo 129 do Decreto-Lei 401, de 30.12.66, combinado com o artigo 39 e seus parágrafos do Decreto 1.109 de 26.06.1970 que reformulou o Decreto-Lei 503 de 30.12.1968 e o artigo 83 e seus parágrafos da Lei - 3.470 de 28.11.1958, é realizado integralmente, com a participação de todos os sócios na proporção de suas quotas.

C) - Realizado o aumento acima, as 720.000 (setecentas e vinte mil) quotas ora acordadas, são distribuídas aos sócios na proporção direta das quotas que já possuem na Sociedade, a saber:





- o sócio João Monteiro de Barros Filho, que já é possuidor de 15.000 (quinze mil) quotas, no valor total de Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros), recebe mais (duzentas e oitenta e oito) das novas quotas, no valor de Cr\$288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ficando, então possuidor de 303.000 (trezentos e três mil) quotas, no valor total de Cr\$308.000,00 (trezentos e oito mil cruzeiros);

- o sócio Paulo Monteiro de Barros, que já é possuidor de 15.000 (quinze mil) quotas, no valor total de Cr\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros), recebe mais 216.000 (duzentas e dezesseis mil) das novas quotas, no valor de Cr\$216.000,00 (duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ficando, então possuidor de 231.000 (duzentas e trinta e uma) quotas, no valor total de Cr\$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil cruzeiros);

- o sócio Daniel Bampa Netto, que já é possuidor de 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), recebe mais 108.000 (cento e oito mil) das novas quotas, no valor de Cr\$108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), ficando, então, possuidor de 115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros);

- o sócio José Pedro Domingues Netto, que já é possuidor de 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), recebe mais 108.000 (cento e oito mil) das novas quotas, no valor de Cr\$108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), ficando, então, possuidor de 115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros).

D) - Retira-se da Sociedade o sócio Daniel Bampa Netto o qual sendo possuidor de 115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) quotas no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros) cede, como cedido está, a totalidade dessas quotas ao sócio João Monteiro de Barros Filho, do que o cedente dá plena e geral quitação tanto no que se refere ao valor de suas quotas como, também, por saldos, lucros ou prejuízos verificados.

E) - Resolvem, todos os sócios, modificar o valor unitário das quotas, atualmente de Cr\$1,00 (um cruzeiro) para Cr\$100,00 (cem cruzeiros).

F) - A fim de tornar o contrato mais explícito e mais consentâneo com a legislação em vigor e consolidando neste mesmo as alterações contratuais anteriores, concordam todos os sócios em, dar-lhe nova redação passando os negócios da Sociedade a serem regidos pelas condições resumidas nas Cláusulas seguintes, depois de aprovadas pelos órgãos competentes do Governo Federal.

**CLÁUSULA I** - A Sociedade girará sob a razão social "RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.", tendo sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo.

**CLÁUSULA II** - A Sociedade têm como objetivo a execução de serviço de radiodifusão de qualquer modalidade, na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, ou em qualquer outra localidade do País, desde que, o Governo Federal lhe outorgue concessões ou permissões, podendo, paralelamente, explorar a propaganda comercial e serviço de música funcional.

**Parágrafo 1º** - A execução dos serviços a que se refere esta Cláusula obedecerá, sempre, a legislação que reger os serviços de radiodifusão, visando a fins educacionais, cívicos, patrióticos e recreativos.

**Parágrafo 2º** - Para a consecução de seus objetivos, a Sociedade poderá instalar - estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, abrir e fechar sucursais, em qualquer localidade do País, podendo para tanto, a Gerência destinar a parte do capital social que destinara à atividade de sucursal, mediante arquivamento de tal ato no Registro de Comércio competente.





CLÁUSULA III - A duração da Sociedade é por prazo indeterminado observando-se, em caso de sua dissolução, os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$770.000,00 (setecentos e setenta mil cruzeiros), representando 7.700 (sete mil e setecentas) quotas no valor de Cr\$100,00 (cem cruzeiros) cada uma e assim subscritas pelos sócios:

1 - o sócio João Monteiro de Barros Filho com 4.235 (quatro mil duzentas e trinta e cinco) quotas, no valor total de Cr\$423.500,00 (quatrocentos e vinte três mil e quinhentos cruzeiros);

2 - o sócio Paulo Monteiro de Barros com 2.310 (duas mil trezentas e dez) quotas, no valor total de Cr\$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil cruzeiros);

3 - o sócio José Pedro Domingues Netto com 1.155 (um mil cento e cinquenta e cinco) quotas, no valor total de Cr\$115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos cruzeiros).

O capital de cada sócio já está totalmente integralizado.

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social.

Parágrafo 2º - As cotas representativas do capital social são indivisíveis e, para cada uma delas, a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA V - É vedado o ingresso, na Sociedade, de pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidos brasileiros.

CLÁUSULA VI - As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA VII - Na hipótese de qualquer dos sócios desejar transferir a totalidade ou parte de suas quotas, terão preferência absoluta para aquisição os demais sócios, aos quais o sócio interessado deverá comunicar sua intenção por escrito.

Parágrafo 1º - O sócio interessado em transferir suas quotas deverá conceder aos demais, por escrito, um prazo para resposta nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 2º - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles, na proporção direta da quantidade de cotas que já possuírem.

CLÁUSULA VIII - Ocorrendo o falecimento ou incapacidade de qualquer dos sócios, os remanescentes notificarão aos herdeiros e sucessores do sócio premorto, cientificando-os da existência deste contrato. Nos 30 (trinta) dias seguintes os notificandos deverão indicar pessoa habilitada para, em seu nome, acompanhar o levantamento de um balanço geral que se procederá dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data do falecimento. Conforme combinarem as partes, os herdeiros, desde que legalmente capazes e cujos nomes sejam previamente aprovados pelos órgãos competentes do Governo Federal, ou não havendo interesse ser-lhes-ão pagos todos os seus haveres apurados no balanço, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias a contar da data do levantamento do balanço geral mencionado acima. Se houver prejuízo, os herdeiros ficarão obrigados a pagá-los no mesmo prazo e condições. A Sociedade não se dissolverá por morte de quaisquer dos sócios.

CLÁUSULA IX - A Sociedade será administrada por um sócio-gerente ao qual são conferidos plenos e amplos poderes para praticar os atos normais de gerência e administração, na defesa dos interesses da Sociedade, em juízo ou fora dele, sendo vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade, bem como em aval, fiança ou garantia em favor de terceiros.





Parágrafo 19 - A Sociedade poderá fazer-se representar, também, em juízo ou fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes fixados nos respectivos instrumentos de mandato; sempre que a Lei o exigir, conforme sejam os poderes outorgados, o procurador ou procuradores deverão ter seus nomes aprovados, previamente, pelo órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo 20 - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Sociedade caberá somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA X - Fica investido no cargo de sócio-gerente o sócio João Monteiro de Barros Filho, dispensado de caução.

CLÁUSULA XI - A título de "pro-labore", o sócio-gerente retirará, mensalmente, uma importância a ser fixada de comum acordo entre os sócios, a qual será levada a débito da conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA XII - O ano social coincide com o ano civil. Anualmente, no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados no exercício; os lucros ou prejuízos apurados serão divididos entre os sócios, na proporção direta da quantidade de quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da Sociedade, conforme ficar resolvido na oportunidade, por decisão de maioria de quotas.

Parágrafo Único - Poderão ser levantados balanços intercalares dos negócios sociais, em qualquer época do ano, permitindo apuração de lucros para fins de capitalização ou de distribuição antecipada de resultado.

CLÁUSULA XIII - O quadro de empregados da Sociedade será sempre constituído, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de brasileiros.

CLÁUSULA XIV - O presente contrato não poderá ser alterado ou modificado sem prévia autorização dos órgãos competentes do Governo Federal.

CLÁUSULA XV - Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente Contrato, os sócios elegem o Foro da Comarca de Barretos, no Estado de São Paulo.

E por estarem, todos os sócios, assim justos e contratados, assinam o presente instrumento datilografado em 4 (quatro) vias, para um só efeito, perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Barretos, 02 de Agosto de 1977

João Monteiro de Barros Filho

Paulo Monteiro de Barros

Testemunhas:

Daniel Rangel Netto

José Pedro Domingues Netto

ASSINAM PELA FIRMA QUEM DE DIREITO

João Monteiro de Barros Filho

Paulo Monteiro de Barros

José Pedro Domingues Netto



RECONHECIMENTO DE FIRMAS

RECONHEÇO as firmas retidas de João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Sousa Neto, José Pedro Domingues Neto, Marco Antonio Albuquerque de Barros e Joel Walter Dal Loro.

Barretos, 04 de agosto de 1977.

ELABORADO "DA VERDADE"

*Luiz Otávio Freitas*

Luiz Otávio Freitas  
Escritor Habilitado  
RG. 5.428.950-SP - CFC 627.014-01

RECONHECER NO 8.<sup>o</sup>  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 315  
SÃO PAULO - CAPITAL

Tenho firmado no Voto de  
EDGARD COSTA FILHO  
R.S. 10.78 - F. 10.78 - MANABARA

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO  
Rua 20 n.º 930 - BARRETOS - SP

Oscar de Deus Silva  
1.º TABELÃO INTERINO

— ESCRITORES —

Sidney José Camargo

José Sérgio Prudente de Oliveira

Ernesto Juliano Filho

Luiz Carlos Simão de Lima

— E —

Luiz Otávio Freitas

13 AGO 1977

2.º CARTÓRIO  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 315  
SÃO PAULO - CAPITAL  
29 de agosto de 1977  
(N.º 10.78 - F. 10.78 - MANABARA)

2.º CARTÓRIO  
— ESCRITORES —  
Antonio Ulinto Nogueira  
PIVAO  
Reinaldo Francisco Vieira  
Escritor Autorizado

EMPLACAMENTOS DO  
ESTADO E I.A.S.J.  
PAGO POR VERBA



DEN. N.º 14  
P.M.  
DR/SP

1125034  
ENTEC  
1978

ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE QUOTAS RESPONSABILIS

JOSÉ MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Rua 30, nº 1.363, PAULO MONTEIRO DE BARROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 29, nº 467, DANIEL BARROS NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 37, nº 655 e JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETTO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, ESTADO DE SÃO PAULO, na Rua 12, nº 141, únicos sócios componentes da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, que gira nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 17, nº 755, sob a razão social de RÁDIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA., resolvem na melhor forma de direito retificar e ratificar o instrumento de Contrato Social, arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 264.997, sessão de 21 de outubro de 1.960, Alteração Contrato Social nº 744.993, sessão de 07 de novembro de 1.974 e Alteração Contratual nº 749.062, sessão de 03 de dezembro de 1.974, pelo qual dá nova redação à Cláusula:

CLÁUSULA 12 - A Sociedade girará sob a razão social de RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA., de que usarão todos os sócios, exclusivamente em negócios da sociedade, ficando expressamente proibido o seu uso em negócios de avais, fianças, endossos ou quaisquer transações alheias aos fins sociais designados no Contrato Social.

Pelo presente instrumento fica ratificada a Cláusula 12 e ratificada na demais do mencionado Contrato Social, celebrado em 21 de outubro de 1.960 e Alterações posteriores.

E, por estarem de perfeito acordo, reconhecendo a licitude das cláusulas deste instrumento, assinam o presente em 3 (três) vias de igual valor, em presença de 2 (duas) testemunhas.

Barretos, 30 de julho de 1.976

- José Monteiro de Barros Filho -

- Paulo Monteiro de Barros -

- Daniel Barros Netto -

- José Pedro Domingues Netto -

TESTEMUNHAS:

*Marcos Brito*  
*Mário Galo*

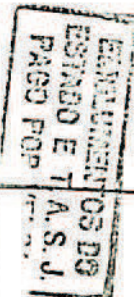
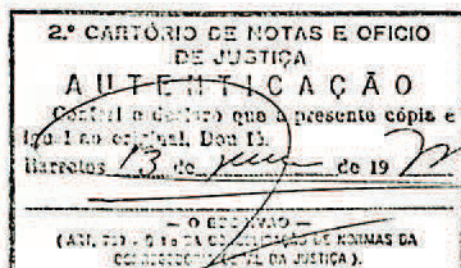
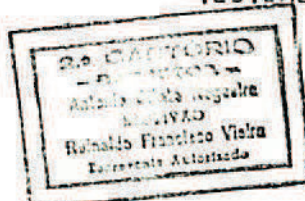
ASSINAM PELA FIRMA QUEM DE DIREITO

José Monteiro de Barros Filho

- Paulo Monteiro de Barros -

- Daniel Barros Netto -

- José Pedro Domingues Netto -





RECONHEÇA:- as firmas retro de João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Netto, José Pedro Domingues Netto, o por quem assina pela firma quem de direito João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Netto e José Pedro Domingues Netto, e das testemunhas Mário Galvani e Rogacy Batista.- Todo o referido é verdade o dou fé.- Dada e passada nesta cidade e comarca de Barretos, Estado de São Paulo, Cartório do Primeiro Ofício, aos vinte e seis (26) dias do mês de agosto do ano do mil novecentos e setenta e seis (1.976) -----

EM TEST"  "DA VERDADE,

EMOLUMENTOS DO  
IMPOSTO E TAXAS  
DE REGISTRO

23 SET 1976

271.857-1-76

REGISTRO DE IMÓVEIS  
271.857-1-76



DENTEX  
N: 12  
R/SPO

1237

DENTEX  
N: 12  
R/SPO

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os signatários deste instrumento particular de alteração Contratual, JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Est. de São Paulo, na Rua 30 nº 1.214, PAULO MONTEIRO DE BARROS, brasileiro, casado, médico, domiciliado e residente nesta cidade de Barretos, Est. S. Paulo, na Avenida 29 nº 467, DANIEL BANDA NETO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Est. S. Paulo, na Rua 12 nº 1352 e JOSE PEDRO DOMINGUES NETO, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Rua 12 nº 141, componentes da sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada constituída sob a razão ou melhor, sob a denominação social de

RADIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA.

estabelecida nesta cidade de Barretos, Est. de São Paulo, na Avenida 17 nº 755, com Contrato Social, arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 264.997, sessão de 21 de outubro de 1.960, Alteração Contratual nº 744.993, sessão de 7 de novembro de 1.974, de comum acordo resolvem fazer uma alteração e o fazem pela forma seguinte:

- O capital social que era de Cr\$ 1.000,00 ( Um mil cruzeiros), dividido em 1.000 ( mil ) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), cada uma, pertencendo 300 ( trezentas) quotas, ao Socio Paulo Monteiro de Barros, no total de Cr\$ 300,00 ( Trezentos cruzeiros); 400 ( quatrocentas) quotas, ao socio João Monteiro de Barros, Filho, no total de Cr\$ 400,00 ( Quatrocentos cruzeiros); 150 ( cento e cinquenta) quotas de Cr\$ 1,00 - ao socio Daniel Banda Neto, no total de Cr\$ 150,00 ( cento e cinquenta cruzeiros) e 150 ( cento e cinquenta) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), ao socio Jose Pedro Domingues Neto, no valor de Cr\$ 150,00 ( cento e cinquenta cruzeiros), FICA - NESTE ATO ELEVADO para Cr\$ 50.000,00 ( CINCOENTA MIL CRUZEIROS), dividido entre os socios da forma seguinte: 20.000 (vinte mil) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), ao socio JOAO MONTEIRO DE BARROS FILHO, no valor de Cr\$ 20.000,00 ( VINTE MIL CRUZEIROS), 15.000 ( quinze mil) quotas de 1,00 ( um cruzeiro) ao socio PAULO MONTEIRO DE BARROS, no valor de Cr\$ 15.000,00 ( QUINZE MIL CRUZEIROS), 7.500 ( sete mil e quinhentas) quotas de Cr\$ 1,00 ( um cruzeiro), ao socio DANIEL BANDA NETO, no valor de Cr\$ 7.500,00 ( SETE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS) e, 7.500 ( sete mil e quinhentas) quotas de Cr\$ 1,00 ( Um mil, dingo, um cruzeiro), ao socio JOSE PEDRO DOMINGUES-NETO, no valor de Cr\$ 7.500,00 ( SETE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS).

- O p resente aumento de capital no montante de Cr\$ :::: 49.000,00 ( QUARENTA E NOVE MIL CRUZEIROS), é efetivado mediante o aproveitamento de LUCROS EM SUSPENSÃO, na conformidade com o disposto no artigo 12º, do Decreto-Lei 401, de 30.12.66, combinado com o artigo 3º e seus parágrafos do Decreto-1109, de 26.6.1970, que reformulou o Decreto-Lei 503, de 30.12.63, e o artigo 83º e seus parágrafos da Lei 3470, de 28.11.1958, e realizado e integralmente, com a participação de todos os socios na proporção de suas quotas e na importância a saber:-




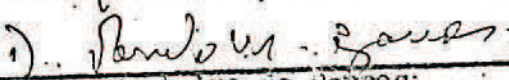


- 1 - a JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Cr\$ 19.600,00 (Dezoito mil e seiscentos cruzeiros);
- 2 - a PAULO MONTEIRO DE BARROS, Cr\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos cruzeiros);
- 3 - a DANIEL BOMPA NETO, Cr\$ 7.350,00 (Sete mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) e
- 4 - a JOSE PEDRO DOMINGUES NETO, Cr\$ 7.350,00 (Sete mil e trezentos e cinquenta cruzeiros).


A responsabilidade dos sócios é nos termos do artigo 2º - in-fine - do Decreto-Lei 3.703, de 10 de Janeiro de 1.919, limitada a importância total do capital social.

Barretos, 02 de dezembro de 1.974.

  
João Monteiro de Barros Filho


  
Paulo Monteiro de Barros

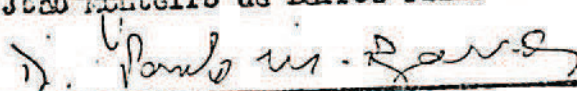
  
Daniel Bompa Neto


  
Jose Pedro Domingues Neto


Testemunhas:

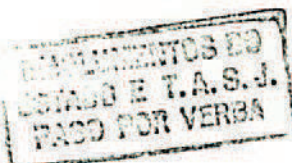
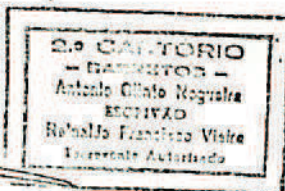
ASSINAM PELA FIRMA QUEM DE DIREITO

  
João Monteiro de Barros Filho

  
Paulo Monteiro de Barros

  
Daniel Bompa Neto

  
Jose Pedro Domingues Neto.





RECONHECO:- as firmas retro de João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Neto, José Pedro Domingues Neto, das testemunhas Roberval Câmara e Antonio Scannavino, e por quem assina pela firma quem do direito João Monteiro de Barros Filho, Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Neto e José Pedro Domingues Neto. Todo o referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Parretos, Estado de São Paulo, Cartório do Primeiro Ofício, aos dois (02) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro - (1.974).

"EM TESTE" DA VERDADE,

*[Handwritten signature]*

SIDNEY JOSE CAMARGO  
Escrivão Autorizado

EMOLUMENTOS DO  
ESTADO E T.A.S.J.  
PAGO POR VERA

RECONHECER NO 2.º  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 312  
SÃO PAULO - CAPITAL

REGISTRADO NO 74490622/74

- 3 DEZ 1974

*[Handwritten signature]*  
SECRETARIA DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 312  
SÃO PAULO - CAPITAL



112266

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RÁDIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA  
C.G.C. 44.776.706/001

Os abaixo assinados, através de seus bastante procuradores, a saber: LINA GIORGI LEUZZI, MIGUEL LEUZZI JUNIOR JOSÉ ANGELO LEUZZI, LUIZ ALVARO LEUZZI, e MIGUEL LEUZZI, casados - brasileiros, domiciliados e residentes em São Paulo, componentes - da totalidade das cotas representativas do capital social da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sediada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, sob a denominação de RÁDIO PIRATININGA DE BARRETOS LTDA. conforme contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 264.997, datado de 21/10/60, resolvem, de comum acordo, promover a alteração do referido contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Retiram-se da sociedade, neste ato, e por meio deste instrumento, os cotistas:

Lina Giorgi Leuzzi, possuidora de 450 cotas no valor de Cr.\$450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros), cede 400 cotas a JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, brasileiro, casado, jornalista, domiciliado e residente a rua nº 30, nº 1.214, portador do CIC nº 026578488 e RG nº 1.957.164. e as restantes 50 cotas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, brasileiro, casado, médico, domiciliado e residente à Avenida 29, nº 467, na cidade de Barretos, portador do CIC nº 026552418 e RG nº 1.519.272.

Miguel Leuzzi Junior, possuidor de 166 cotas no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros) cede a totalidade de suas cotas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, qualificando acima.



Luiz Alvaro Leuzzi, possuidor de 166 cotas, no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros), cedendo 84 cotas a PAULO MONTEIRO DE BARROS, qualificado acima, e as restantes 82 cotas, a DANIEL BAMPA NETO, brasileiro, casado, contador, domiciliado e residente à Rua 12, nº 1352, na cidade de Barretos, portador do Cíc nº 026593608 e RG nº 2.704.173.

José Angelo Leuzzi, possuidor de 166 cotas, no valor de Cr.\$166,00 (cento e sessenta e seis cruzeiros), cedendo 68 cotas a DANIEL BAMPA NETO, qualificado acima, e as restantes 98 cotas a JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETO, brasileiro, casado, contador, domiciliado e residente à Rua 12 nº 141, na cidade de Barretos, portador do Cíc nº 168066388 e RG. nº 3.703.870.

Finalmente, Miguel Leuzzi, possuidor de 52 cotas no valor de Cr.\$52,00, (cincoenta e dois cruzeiros), cedendo a totalidade de suas cotas a JOSÉ PEDRO DOMINGUES NETO, qualificado acima.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

Os cotistas retirantes declaram que, estão integralmente pagos e satisfeitos, tanto no que se refere ao valor de suas cotas, como também, por saldos e lucros verificados.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Com as transferências de cotas propostas, o quadro social da entidade ficará assim constituído:

João Monteiro de Barros Filho,	400 cotas no valor de Cr.\$400,00
Paulo Monteiro de Barros.....	300 cotas no valor de Cr.\$300,00
Daniel Bampa Neto.....	150 cotas no valor de Cr.\$150,00
José Pedro Domingues Neto.....	150 cotas no valor de Cr.\$150,00
<b>Total</b>	<b>1.000 cotas no valor de Cr1.000,00</b>



## PARÁGRAFO ÚNICO

As cotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração, de prévia anuência do poder concedente.

## CLAUSULA TERCEIRA

A gerência da sociedade será exercida pelo cotista JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, que agirá sempre, no interesse da empresa.

## CLUSULA QUARTA

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições constantes do contrato social anterior e não revogadas por este instrumento.

E, por estarem em tudo, justos e contratados, assinam este instrumento de alteração contratual, através de seus bastante procuradores, que uma vez aprovado pelo Ministério das Comunicações, será levado a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Barretos, em 31 de Outubro de 1974, digo,  
Barretos, em 09 de janeiro de 1974

Por Lina Giorgi Leuzzi

Miguel Leuzzi Junior

Luiz Alvaro Leuzzi

José Angelo Leuzzi

Miguel Leuzzi

Radio Piratininga de Barretos Ltda

Testemunhas

João Monteiro de Barros Filho

Paulo Monteiro de Barros

Daniel Barreto Neto

José Pedro Domingues Neto



**RECONHEÇO:-** as firmas retro de João Monteiro de Barros Filho ,  
Paulo Monteiro de Barros, Daniel Bampa Netto e José Pedro Do  
mingues Netto. Todo o referido é verdade e dou fé.- Dada e passa  
da nesta cidade e comarca de Barretos, Estado de São Paulo, Car  
tório do Primeiro Officio, aos vinte e nove (29) dias do mês de  
outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974). --

" EM TESTE " DA VERDADE, "

EMOLUMENTOS DO  
ESTADO E T.A.S.J.  
PAGO POR VERBA

RECONHECER NO 4.º  
CARTÓRIO DE NOTAS  
RUA SÃO BENTO, N.º 318  
SÃO PAULO - CAPITAL

REGISTRADO SOB N.º 746.993-174

07 NOV 1974

3º TABELIAO  
MARIA JOSÉ CARDINAL DE GOMES  
Av. São Luiz, 192 - L. 10 - Tel. 257.3411  
Reconheço a \_\_\_\_\_ firma \_\_\_\_\_

S. Paulo, 31 de Out. de 1974  
Em test(2) \_\_\_\_\_

JOSE CARLOS DE MOURA  
Escritório de Tabelião  
Rua São Luiz, 192 - L. 10 - Tel. 257.3411  
Prest. de serviços desde 1/10



CONTRATO PARTICULAR DE SOCIEDADE POR QUÓTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.



Por este instrumento particular, os abaixo assinados, LINA GIORGI LEUZZI, brasileira, casada, de prendas domésticas, MIGUEL - LEUZZI JUNIOR, brasileiro, solteiro, estudante, JOSÉ ANGELO LEUZZI, brasileiro, solteiro, estudante, LUIZ ALVARO LEUZZI, brasileiro, - solteiro, estudante, DR. MIGUEL LEUZZI, brasileiro, casado, médico, todos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, - com a finalidade de explorar a concessão ou permissão que lhe foi - outorgada por ato dos poderes públicos, para instalar uma estação - de radiodifusão nesta cidade de Barretos, Estado de São Paulo, ou - em outra qualquer localidade do território nacional, exploração essa sempre sujeita e de acordo com a legislação específica, visando sem - pre os fins educacionais, cívicos e patrióticos, tendo paralelamente, como objetivo que lhe propiciará a indispensável fonte de receita, o comércio de propaganda e atividades correlatas e o que mais - convier. A Sociedade terá o seu fôro e sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, à Praça Francisco Barreto, nº260 - podendo - abrir filiais, escritórios, sucursais e agências em todo território nacional, sempre que lhe convier. Todos os negócios serão regidos pelas condições, resumidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I

A sociedade girará sob a denominação de (RÁDIO PIRATININGA - DE BARRETOS LTDA), e terá como principal objetivo a instalação de estações radiodifusoras com finalidade educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante a obtenção do GOVERNO FEDERAL, de concessões - ou permissões, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II

A sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando de sua dissolução os preceitos da lei específica.

--segue--



CLÁUSULA III

A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente, todas as leis, regulamentos e instruções vigentes ou que vierem a vigorar referente à radiodifusão.

CLÁUSULA IV

A sociedade por todos os seus quotistas se obriga a não efetuar qualquer alteração do presente contrato, sem que tenha, para isso, previamente, obtido autorização dos poderes públicos competentes.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são incaucionáveis e intransferíveis direta ou indiretamente a esposas ou pessoas jurídicas, observando o artigo 160 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VI

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA VII

O capital será inicialmente de Cr\$1.000.000,00 (um milhão - de cruzeiros), representado por 1.000 (mil) quotas no valor de Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma assim distribuídas: LINA GIORGI LEUZZI, 450 (quatrocentas e cinquenta), quotas no valor de Cr\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), MIGUEL LEUZZI JUNIOR, 166 (cento e sessenta e seis), quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), JOSÉ ANGELO LEUZZI, 166 (cento e sessenta e seis) quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), LUIZ ALVARO LEUZZI, 166 (cento e sessenta e seis) quotas no valor de Cr\$166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), DR.MIGUEL LEUZZI, 52 (cincoenta e duas quotas no valor de Cr\$52.000,00 (cincoenta e dois mil cruzeiros), respondendo cada um dos socios pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA VIII

A sociedade será administrada por dois diretores, sócios quotistas, sendo um Diretor Superintendente e outro Diretor Gerente, nos

-segue-





Livingston, D.

Quilmanent

A sociedade poderá constituir procuradores que a representem em todos os atos de interesse da mesma, gerindo e administrando, devendo, nesse caso, ser solicitada, para tal designação, prévia autorização do Governo Federal, apresentando-se, na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro - nato e de idoneidade moral, comprovada pelo competente atestado.

John W. Johnson

Para os cargos de gerente, procurador, administradores, locutores e encarregados das instalações rádio elétricas só serão admitidos brasileiros natos.

Samuelson

Todos os documentos e compromissos em que resultem responsabilidade de qualquer ordem para a sociedade, deverão ser sempre firmados pelos/diretores superintendente e gerente.

File

No fim de cada ano será levantado um balanço geral, para efeito de apuração de lucros ou prejuizos da sociedade. Dos lucros líquidos verificados nos exercicios serão deduzidos 10% (déz por cento) - que se destinarão à constituição da reserva, providência ésta que será facultativa, desde que o referido fundo atinja a metade do capital sócial.

Samuelson

A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento das estações.

File

Os lucros líquidos restantes serão distribuídos entre os quotistas na proporção de suas quotas.

-segua-



CLÁUSULA XV

Os casos não previstos no presente contrato, serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº 3708 de 10 de Janeiro de 1919, que regula o funcionamento das sociedades por quotas.

DISPOSIÇÕES FINAIS - E por estarem de pleno acordo com o presente contrato, assinam o mesmo em quatro vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo assinadas, para todos os fins de direito, - estando a primeira via selada por verba fiscal de acordo com a lei e as demais vias devidamente averbadas.

*São Paulo 29 Setembro 1960*

TESTEMUNHAS

*[Signature]*  
Luiz De Martino

*[Signature]*  
Aparecido Balestro

Dna. Lina Giorgi Leuzzi

*[Signature]*  
Miguel Leuzzi Junior

*[Signature]*  
José Angelo Leuzzi

*[Signature]*  
Luiz Alvaro Leuzzi

*[Signature]*  
DR. MIGUEL LEUZZI

ATENÇÃO - Guardar o conhecimento (isto) quando a prova de pagamento desta seja por verba fiscal.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RECEDEORIA FEDERAL EM SÃO PAULO

Verbo N.º

Pagou

S. Paulo, de 19

O Ajudante de Tesouraria

O Exatidão do Selo



RECEDEORIA FEDERAL EM SÃO PAULO  
RUA DO COMÉRCIO, 423 - FONE 3-6708

*LM*



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº** 01250.034174/2018-24

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado ao Evento SEI nº 3076572 4/8, pela Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO\_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/10/2018, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3232541** e o código CRC **1F35DF05**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3232541



**Data de Envio:**

06/08/2018 10:58:10

**De:**

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

Solicitação de informações

**Mensagem:**

Processo nº 01250.034174/2018-24

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Zimbra

marluce.oliveira@mctic.gov.br


---

**Re: Solicitação de informações**

---

**De :** cgfi@mctic.gov.br

Seg, 06 de ago de 2018 15:28

**Assunto :** Re: Solicitação de informações 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barretos/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" &lt;coror@mctic.gov.br&gt;

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Segunda-feira, 6 de agosto de 2018 10:58:19

Assunto: Solicitação de informações

Processo nº 01250.034174/2018-24

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira



SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

---



**Relatório do Canal - BARRETOS.pdf**

101 KB

---





Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA

**CNPJ:** 44776706000115

**Presidente:**

**Endereço:** PRACA JOEL WALDO DAL MORO - CENTRO

**E-mail:**

**Capital Social:** 180.000,00

**Reserva de Capital:**

**Total:** 180.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
336.245.158-61	LARA MELO MONTEIRO DE BARROS	900	90.000,00
361.027.948-69	JOAO MONTEIRO DE BARROS	900	90.000,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
336.245.158-61	LARA MELO MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADORA	
361.027.948-69	JOAO MONTEIRO DE BARROS	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome: RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**  
**CNPJ: 44.776.706/0001-15**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:51 do dia 01/10/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/10/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



--

Imprimir

Voltar





## DESCRIÇÃO DO SISTEMA

<b>Nome/Razão Social:</b> RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA		<b>CNPJ:</b> 44.776.706/0001-15
<b>Nome Fantasia:</b> O DIARIO INDEPENDENTE FM, REDEVIDA FM		<b>Fistel:</b> 02008024458
<b>Serviço:</b> RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM		<b>UF:</b> SP
<b>Localidade:</b> BARRETOS		<b>Classe PB:</b> A4
<b>Canal PB:</b> 237 (duzentos e trinta e sete) 237	<b>Canal OP:</b> <b>Frequência PB:</b> 95,3 MHz <b>Frequência OP:</b> 95,3 MHz	<b>Classe OP:</b> A4
<b>Num. Estação:</b> 7805357	<b>Indicativo:</b> ZYD857	<b>Telefone (Sede):</b> 3322-9411

## CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

[illegible]

### Legenda

- GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação.
- HCI: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.

<p><b>5 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS</b></p> <p><b>5.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL</b></p> <p><b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO N 01</p> <p><b>Número:</b> .</p> <p><b>Bairro:</b> ***</p> <p><b>Localidade/UF:</b> Barretos/SP</p>	<p><b>5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR</b></p> <p><b>Logradouro:</b> ***</p> <p><b>Número:</b> ***</p> <p><b>Bairro:</b> ***</p> <p><b>Localidade/UF:</b> ***</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## 6 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO



Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:  
/

Data da Emissão:  
01/10/2018 14:45:13

Tela Inicial



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> O DIARIO INDEPENDENTE FM, REDEVIDA FM	
<b>Telefone:</b> (17) 3322-9411	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 44.776.706/0001-15	<b>Número do Fistel:</b> 02008024458
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 23/03/2009	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SSR140/86;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b> - CONJUNTO 01	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 1	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA 39,S/N	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> SANTANA	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14780000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO N 01	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14780000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -20.53333	<b>Longitude:</b> -48.56667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7805357						Número Indicativo: ZYD857					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.533				Longitude: -48.567				Cota da base: 553.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 352277ZZ0056						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 10.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 261 °		Polarização:		HCl: 81 m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.58	20°: 1.85	30°: 2.09	40°: 2.24	50°: 2.26	60°: 2.16	70°: 1.97	80°: 1.74	90°: 1.52	100°: 1.27	110°: 0.97
120°: 0.69	130°: 0.5	140°: 0.44	150°: 0.52	160°: 0.69	170°: 0.87	180°: 1.01	190°: 1.11	200°: 1.21	210°: 1.29	220°: 1.32	230°: 1.28
240°: 1.19	250°: 1.04	260°: 0.88	270°: 0.73	280°: 0.54	290°: 0.3	300°: 0.1	310°: 0	320°: 0.06	330°: 0.3	340°: 0.64	350°: 1
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	343	Portaria	MC	14/03/1979	23/03/1979	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
11866779	1334	Portaria	Dentel	20/08/1979	24/08/1979	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	479	Portaria	MC	27/04/1981	02/06/1981	Mudança de Local	Técnico
9999	385	Portaria	MC	29/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	490	Portaria	MC	30/09/1988	30/09/1988	Renovação	Jurídico
9999	639	Portaria	MC	21/12/1988		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	2254	Portaria	MC	23/10/2002	28/11/2002	Renovação	Jurídico
9999	1053	Decreto Legislativo	CN	18/11/2004	19/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	527	Portaria	MC	10/08/2009	22/09/2009	Renovação	Jurídico
9999	94	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.075196/2017-78	12749	Ato	ORLE	03/10/2017	25/10/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo





## Calculadora de Coordenadas

### Graus Minutos Segundos para Graus Decimais

Latitude em DMS:  °  '  " ☐ N ☐ S

Longitude em DMS:  °  '  " ☐ E ☐ O

Latitude em DEC:  Longitude em DEC:

### Graus Decimais para Graus Minutos Segundos

Latitude em DEC:

Longitude em DEC:

Latitude em DMS:  Longitude em DMS:



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

## **NOTA TÉCNICA Nº 22006/2018/SEI-MCTIC**

Processo n.º: **01250.034174/2018-24.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 237 (duzentos e trinta e sete), classe A4, encaminhado pela **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.776.706/0001-15, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de BARRETOS/SP, apresentado para fins de renovação da outorga.

A Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR encaminhou os autos a esta Gerência Regional, através Despacho Interno COROR (Evento SEI nº 3232541), para análise do laudo técnico apresentado às folhas 4 a 8 (Evento SEI nº 3076572).

### **ANÁLISE**

---

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

#### **2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:**

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)  
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:



OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>- As seguintes características técnicas de operação da estação informada no laudo de vistoria técnica encontram-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• coordenadas geográficas de instalação da estação transmissora principal;</li> <li>• bairro e CEP da estação transmissora principal;</li> <li>• fabricante/modelo do transmissor principal e auxiliar;</li> <li>• potência de operação do transmissor principal e auxiliar;</li> <li>• fabricante e modelo da antena principal;</li> <li>• altura centro de irradiação (<math>H_{CI}</math>) da antena principal;</li> <li>• azimuth de orientação da antena principal;</li> <li>• fabricante e modelo da linha de transmissão principal;</li> <li>• comprimento da linha de transmissão principal.</li> </ul>	<p>- Apresentar Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b>, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada, devidamente quitada.</p> <p>OU</p> <p>- Apresentar Ato do poder concedente autorizando as características técnicas informadas no Laudo de Vistoria apresentado.</p> <p>Nota: O formulário pode ser obtido no endereço eletrônico: do MCTIC, no Espaço do Radiodifusor em Radiodifusão Comercial.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 02/10/2018, às 08:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 02/10/2018, às 09:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3418435** e o código CRC **D2E7F2DE**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3418435





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro  
Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 - Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 38988/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da

**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15)**

Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1 - Conj. 01 - Bairro Centro

CEP: 14781-574 - Barretos/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 01250.034174/2018-24.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 22006/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, em 02/10/2018, às 09:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3418662** e o código CRC **44271E0B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 38988/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.034174/2018-24 - Nº SEI: 3418662

**Data de Envio:**

02/10/2018 10:52:49

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

radio.independente@hotmail.com  
ptukiama@uol.com.br  
ffonseca.eng@gmail.com  
eng.mauriciooliveira@hotmail.com  
joao.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.034174/2018-24

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_3418435.html  
Oficio\_3418662.html



**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

CNPJ: 44.776.706/0001-15  
Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 01  
14781-574 Barretos/SP

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC**  
**SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO**

**Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: 237 [95,3 MHz], classe A4

Localidade: Barretos/SP

Referência Processo n.º **01250.034174/2018-24**

Ofício n.º 38988/2018/SEI-MCTIC

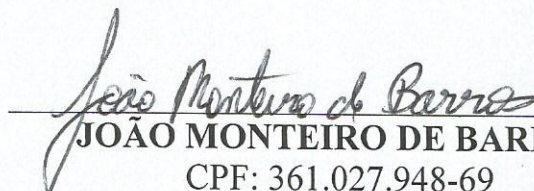
Nota Técnica n.º 22006/2018/SEI-MCTIC

A **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, apresentar a documentação complementar de aprovação das características da estação, e ratificar o interesse na **renovação de outorga da FM** pelo seguinte período: 23/03/2019 a 23/03/2029.

Nessa oportunidade, solicita a este conceituado Ministério o deferimento do pedido.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos votos de estima e consideração.

Barretos/SP, 04 de outubro 2018.

  
**JOÃO MONTEIRO DE BARROS**  
CPF: 361.027.948-69



Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO O DIARIO INDEPENDENTE FM, RADIO BAND FM, RADIO REDE VIDA FM	
Telefone: (17) 3322-9411	E-mail:
CNPJ: 44.776.706/0001-15	Número do Fistel: 02008024458
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2009	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSR140/86;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede	
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento: - CONJUNTO 01
Bairro: CENTRO	Numero: 01
Município: Barretos	UF: SP CEP: 14781574

Endereço Correspondência	
Logradouro: PRACA JOEL WALDO DAL MORO	Complemento:
Bairro: CENTRO	Numero: 1
Município: Barretos	UF: SP CEP: 14781574

Endereço do Transmissor	
Logradouro: Av 39	Complemento:
Bairro: Centro	Numero: 00
Município: Barretos	UF: SP CEP: 14780400

Endereço do Estúdio Principal	
Logradouro: Praça Joel Waldo Dal Moro	Complemento:
Bairro: Centro	Numero: 01
Município: Barretos	UF: SP CEP: 14781574

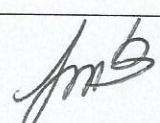
Endereço do Estúdio Auxiliar	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município:	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Barretos	UF: SP
Latitude: -20.53333	Longitude: -48.56667

Parâmetros Técnicos			
Canal: 237	Frequência: 95.3 MHz	Classe: A4	ERP: 5kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0





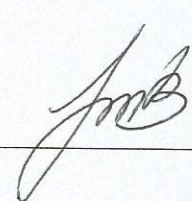
Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7805357				Número Indicativo: ZYD857			
Data Último Licenciamento:				Número da Licença:			
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -20.542		Longitude: -48.557			Cota da base: 562.3 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 002850402252				Modelo: FM 3000			
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP (2 tx combinados)				Potência de Operação: 5.5 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo: LDF 7-50A				Fabricante: ANDREW CORPORATION			
Comprimento da Linha: 135.0 m		Atenuação: 0.651 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms	
Antena Principal							
Modelo: BECP 4L				Fabricante: TEEL - Tele-Eletrônica Ltda			
Ganho: 3.22 dBd		Beam-Tilt: 0.0 °		Orientação NV: 75 °		Polarização: Circular	
				HCl: 77.0 m		ERP Máximo: 8.4 kW	
Padrão de Antena dBd							
0°: 0.54	10°: 0.63	20°: 0.82	30°: 1.01	40°: 1.21	50°: 1.31	60°: 1.41	70°: 1.41
80°: 1.31	90°: 1.21	100°: 1.01	110°: 0.92	120°: 0.63	130°: 0.45	140°: 0.26	150°: 0.09
160°: 0	170°: 0.09	180°: 0.26	190°: 0.54	200°: 0.92	210°: 1.21	220°: 1.51	230°: 1.83
240°: 2.05	250°: 2.38	260°: 2.27	270°: 2.05	280°: 1.94	290°: 1.72	300°: 1.51	310°: 1.21
320°: 0.92	330°: 0.63	340°: 0.45	350°: 0.45				
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 352277ZZZ0056				Modelo:			
Fabricante: Collins Radio Group				Potência de Operação: 5.5 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCl: m		ERP Máximo: 8.4 kW	
RDS							
Código PI:							
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	343	Portaria	MC	14/03/1979	23/03/1979	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
11866779	1334	Portaria	Dentel	20/08/1979	24/08/1979	Aprovação de Local	Técnico



Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	479	Portaria	MC	27/04/1981	02/06/1981	Mudança de Local	Técnico
9999	385	Portaria	MC	29/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	490	Portaria	MC	30/09/1988	30/09/1988	Renovação	Jurídico
9999	639	Portaria	MC	21/12/1988		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	2254	Portaria	MC	23/10/2002	28/11/2002	Renovação	Jurídico
9999	1053	Decreto Legislativo	CN	18/11/2004	19/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	527	Portaria	MC	10/08/2009	22/09/2009	Renovação	Jurídico
9999	94	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.075196/2017-78	12749	Ato	ORLE	03/10/2017	25/10/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo





**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

DESPACHO DECISÓRIO Nº 137/2018/SEI/GR01OR/GR01/SFI

Processo nº 53500.036208/2018-20

Interessado: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA

**O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, conforme delegação realizada por meio da [Portaria nº 448, de 4 de junho de 2013](#), publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2013, examinando o pedido protocolizado sob o **SEI ANATEL nº 3044482**, anexado ao processo nº **53500.036208/2018-20**, formulado pela **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**, CNPJ nº **44.776.706/0001-15** executante do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM)**, Fistel nº **02008024458**, na localidade de **Barretos/SP DECIDE** aprovar a alteração das características técnicas da estação, conforme cadastrado no Módulo de Radiodifusão do Sistema Mosaico.

**INFORMA**, ainda, que para a efetivação do que foi autorizado é necessário apresentar Laudo de Vistoria das instalações da estação, elaborado por profissional habilitado, para fins de licenciamento.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Almeida Ramos, Gerente Regional no Estado de São Paulo**, em 08/10/2018, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3302612** e o código CRC **A2A0BE0C**.

Referência: Processo nº 53500.036208/2018-20

SEI nº 3302612

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO O DIARIO INDEPENDENTE FM, RADIO BAND FM, RADIO REDE VIDA FM	
<b>Telefone:</b> (17) 3322-9411	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 44.776.706/0001-15	<b>Número do Fistel:</b> 02008024458
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 23/03/2009	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SSR140/86;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b> - CONJUNTO 01	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 1	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Av 39	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 00	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Praça Joel Waldo Dal Moro	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -20.53333	<b>Longitude:</b> -48.56667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



## Informações da Estação

Informações Gerais											
<b>Número da Estação:</b> 7805357						<b>Número Indicativo:</b> ZYD857					
<b>Data Último Licenciamento:</b>						<b>Número da Licença:</b>					
Estação Principal											
Localização											
<b>Latitude:</b> -20.542				<b>Longitude:</b> -48.557				<b>Cota da base:</b> 562.3 m			
Transmissor Principal											
<b>Código Equipamento:</b> 002850402252						<b>Modelo:</b> FM 3000					
<b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP (2 tx combinados)						<b>Potência de Operação:</b> 5.5 kW					
Linha de Transmissão Principal											
<b>Modelo:</b> LDF 7-50A						<b>Fabricante:</b> ANDREW CORPORATION					
<b>Comprimento da Linha:</b> 135.0 m			<b>Atenuação:</b> 0.651 dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB			<b>Impedância:</b> 50 ohms		
Antena Principal											
<b>Modelo:</b> BECP 4L						<b>Fabricante:</b> TEEL - Tele-Eletrônica Ltda					
<b>Ganho:</b> 3.22 dBd		<b>Beam-Tilt:</b> 0.0 °		<b>Orientação NV:</b> 75 °		<b>Polarização:</b> Circular		<b>HCI:</b> 77.0 m		<b>ERP Máximo:</b> 8.4 kW	
Padrão de Antena dBd											
<b>0°:</b> 0.54	<b>10°:</b> 0.63	<b>20°:</b> 0.82	<b>30°:</b> 1.01	<b>40°:</b> 1.21	<b>50°:</b> 1.31	<b>60°:</b> 1.41	<b>70°:</b> 1.41	<b>80°:</b> 1.31	<b>90°:</b> 1.21	<b>100°:</b> 1.01	<b>110°:</b> 0.92
<b>120°:</b> 0.63	<b>130°:</b> 0.45	<b>140°:</b> 0.26	<b>150°:</b> 0.09	<b>160°:</b> 0	<b>170°:</b> 0.09	<b>180°:</b> 0.26	<b>190°:</b> 0.54	<b>200°:</b> 0.92	<b>210°:</b> 1.21	<b>220°:</b> 1.51	<b>230°:</b> 1.83
<b>240°:</b> 2.05	<b>250°:</b> 2.38	<b>260°:</b> 2.27	<b>270°:</b> 2.05	<b>280°:</b> 1.94	<b>290°:</b> 1.72	<b>300°:</b> 1.51	<b>310°:</b> 1.21	<b>320°:</b> 0.92	<b>330°:</b> 0.63	<b>340°:</b> 0.45	<b>350°:</b> 0.45
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
<b>Código Equipamento:</b> 352277ZZZ0056						<b>Modelo:</b>					
<b>Fabricante:</b> Collins Radio Group						<b>Potência de Operação:</b> 5.5 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
<b>Código Equipamento:</b>						<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado					
<b>Fabricante:</b>						<b>Potência de Operação:</b> kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
<b>Modelo:</b>						<b>Fabricante:</b>					
<b>Comprimento da Linha:</b> m			<b>Atenuação:</b> dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> dB			<b>Impedância:</b> ohms		
Antena Auxiliar											
<b>Modelo:</b>						<b>Fabricante:</b>					
<b>Ganho:</b> dBd		<b>Beam-Tilt:</b> °		<b>Orientação NV:</b> °		<b>Polarização:</b>		<b>HCI:</b> m		<b>ERP Máximo:</b> 8.4 kW	
RDS											
<b>Código PI:</b>											
Informações do documento de Outorga											
<b>Núm Processo</b>	<b>Núm Documento</b>	<b>Tipo Documento</b>	<b>Orgão</b>	<b>Data do docu</b>	<b>Data DOU</b>	<b>Razão do Doc</b>			<b>Natureza</b>		
9999	343	Portaria	MC	14/03/1979	23/03/1979	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
<b>Núm Processo</b>	<b>Núm Documento</b>	<b>Tipo Documento</b>	<b>Orgão</b>	<b>Data do docu</b>	<b>Data DOU</b>	<b>Razão do Doc</b>			<b>Natureza</b>		
11866779	1334	Portaria	Dentel	20/08/1979	24/08/1979	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	479	Portaria	MC	27/04/1981	02/06/1981	Mudança de Local	Técnico
9999	385	Portaria	MC	29/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	490	Portaria	MC	30/09/1988	30/09/1988	Renovação	Jurídico
9999	639	Portaria	MC	21/12/1988		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	2254	Portaria	MC	23/10/2002	28/11/2002	Renovação	Jurídico
9999	1053	Decreto Legislativo	CN	18/11/2004	19/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	527	Portaria	MC	10/08/2009	22/09/2009	Renovação	Jurídico
9999	94	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.075196/2017-78	12749	Ato	ORLE	03/10/2017	25/10/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.036208/2018-20	3302612	Despacho	ER01	08/10/2018	00/00/0000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							





## Calculadora de Coordenadas

### Graus Minutos Segundos para Graus Decimais

Latitude em DMS:  °  '  " ☐ N ☐ S

Longitude em DMS:  °  '  " ☐ E ☐ O

Latitude em DEC:  Longitude em DEC:

### Graus Decimais para Graus Minutos Segundos

Latitude em DEC:

Longitude em DEC:

Latitude em DMS:  Longitude em DMS:

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

## **NOTA INFORMATIVA Nº 3103/2018/SEI-MCTIC**

Processo n.º: **01250.034174/2018-24.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se de laudo técnico de estação de radiofrequência operando no canal 237 (duzentos e trinta e sete), classe A4, encaminhado pela **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.776.706/0001-15, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de BARRETOS/SP, apresentado para fins de renovação da outorga.

### **ANÁLISE**

---

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

#### 2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)  
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI n.º 3076572, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.



4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 09/10/2018, às 16:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 09/10/2018, às 16:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3448778** e o código CRC **DFDDAD13**.

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOM DIA  
Altair de Santana Pereira

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 361.027.948-69

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO MONTEIRO DE BARROS	361.027.948-69	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 17/10/2018

Hora: 08:12:04





BOM DIA  
Altair de Santana Pereira

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 336.245.158-61

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LARA MELO MONTEIRO DE BARROS	336.245.158-61	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Colina
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barretos
		RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	<a href="#">44.776.706/0001-15</a>	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Colina

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 17/10/2018

Hora: 08:15:24



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **17/10/2018 08:20:12**

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** SP  
**Município:** Barretos  
**Frequência:** 95,3 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 237

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA  
**Nome Fantasia:** RADIO O DIARIO INDEPENDENTE FM, RADIO BAND FM, RADIO REDE VIDA FM  
**Nº Estação:** 7805357

**Fistel:** 02008024458  
**CNPJ:** 44.776.706/0001-15

**Situação:** Entidade não possui débitos

**Primeiro  
Licenciamento:**

**Último  
Licenciamento:**

#### + Dados do Plano Básico

#### + Dados da Outorga

#### - Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	343		Portaria	MC	14/03/1979	23/03/1979	Outorga	Jur.
	479		Portaria	MC	27/04/1981	02/06/1981	Mudança de Local	Téc.
	385		Portaria	MC	29/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Téc.
	490		Portaria	MC	30/09/1988	30/09/1988	Renovação	Jur.
	639		Portaria	MC	21/12/1988		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	31296		Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1996	Advertência	Jur.
	2254		Portaria	MC	23/10/2002	28/11/2002	Renovação	Jur.
	1053		Decreto Legislativo	CN	18/11/2004	19/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	527		Portaria	MC	10/08/2009	22/09/2009	Renovação	Jur.
	94		Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jur.

#### + Característica da Estação Instalada

#### + Dados do Licenciamento



PUBLICADO  
NO  
DIÁRIO OFICIAL  
Publicada no D.O. de 23/03/79  
de 23/03/79  
Página N.º 4380  
Entregado da Revisão



PORTARIA N.º 343 DE  
14 DE 03 DE 1979

DAS  
COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.868, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 7.661/78 (Edital nº 57/78),

**RESOLVE:**

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.755, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Independente de Barretos Ltda., para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão senara em frequência modulada, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO  
PELO MINISTRO  
Euclides Quandt de Oliveira

**EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA**  
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/SON/apc/ 7B8/804  
14 03 79

42  
f

## CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA

Nº 343 . DE 14 DE 03 DE 1979

## I

Fica assegurado à Rádio Independente de Barretos Ltda. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, com as características de operação de acordo com as Normas Técnicas para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

## II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do ato de outorga.

## III

A permissionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem



prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à permissionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para essa fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 37 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional do Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional;

m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênera, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem co



no a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "I" da cláusula anterior.

#### V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.



## VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

## VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

## VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

## IX

Fim do prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada porempia, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização.

ORIGINAL ARSINCO  
PELO MINISTRO  
Euclides Quaresma de Oliveira

PORTARIA Nº 527 , DE 10 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.002742/2009, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2009, a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA., por meio da Portaria nº 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 1979, com última renovação pela Portaria nº 2.254, de 23 de outubro de 2002, referendada pelo Decreto Legislativo nº 1.053, de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA  
Ministro de Estado das Comunicações





*amici curiae* Movimento contra o Desvirtuamento do Espírito da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais e Instituto de Direito Público e Defesa Comunitária Populair-IDEP, a Dra. Wanda Marisa Gomes Siqueira; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; Defensoria Pública da União, o Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público Geral Federal; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos Humanos, o Dr. Hélio Silva Junior; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA e outros, o Dr. Humberto Adams Santos Junior; Movimento Negro Unificado-MNU, a Dra. Silvana Cerqueira; EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afro-Descedentes e Carentes, o Dr. Thiago Bottino, e, pelo Ministério Público Federal, a Vice-Procuradora-Geral da República, a Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto. Plenário, 25.04.2012.

**Decisão:** Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou totalmente improcedente a arguição. Votou o Presidente, Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 26.04.2012.

Secretaria Judiciária  
PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS  
Secretaria

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 885, de 29 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação das Mulheres de Nazaré da Mata para executar, por 10 (dez) anos, sem

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidente da República

GLEISI HELENA HOFFMANN

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

#### SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

#### SEÇÃO 2

Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

#### SEÇÃO 3

Publicação de contratos,  
editais, avisos e medicações

JORGE LUIZ ALÉNCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br e-mail: contato@in.gov.br  
SIG, Brasília 6, Lote 800, CEP 70411-940, Brasília - DF  
CNPJ: 04.916.454/0001-00  
Fone: (0800) 725.6782

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código 00012012050400002

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de abril de 2008, a permissão outorgada à Rádio Divinal FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 11 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de março de 2009, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.

Senadora MARTA SUPlicy  
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 01250.034174/2018-24		
<b>Entidade:</b> Rádio Independente de Barretos Ltda.	<b>CNPJ:</b> 44.776.706/0001-15	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM</b>	<b>Localidade:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP
<b>Validade da Outorga:</b> vincenda	<b>Período:</b> 23/03/2019 a 23/03/2029	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</li> <li>- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</li> <li>- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</li> <li>- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</li> </ul>	OK	evento SEI n.º 3076572 fl. 2

<b>2. RELATIVOS À ENTIDADE</b>			
	<b>2.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 3230601
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3230512
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3076572 fls. 9/11
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3076572 fl.17



REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3076572 fl. 24
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3076572 fl. 23 (Federal); fl. 20 (Municipal) fls.15/16 (Estadual)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3076572 18
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI .º 3076572 fl. 23 (INSS) fl. 25 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º3076572 fl. 21
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 3076572 fls. 4/8

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador	17/10/2018

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

## **NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 01250.034174/2018-24

**Assuntos: DEFERIMENTO.** Renovação de Outorga.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Independente de Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.03.2019 a 23.03.2029.

### **ANÁLISE**

---

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 343, de 14.3.1979, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 23.3.1979 (evento SEI n.º 3469396, fls.1/5). A outorga foi renovada pela última vez, por dez anos, a partir de 23.3.2009, nos termos da



Portaria n.º 527, de 10.8.2009, publicada no D.O.U. de 22.9.2009, devidamente chancelada pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo n.º 94, de 2012, publicado no D.O.U. de 4.5.2012 (evento SEI n.º 3469396, fls.6/7). Com efeito, se verifica que a permissão vencerá a partir do dia 23.3.2019.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado nesta Pasta em 18.6.2018, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se dá durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, conforme estabelece o art. 4º da Lei n.º 5.785/1972 (alterada pela Lei n.º 13.424/2017), verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto n.º 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3469366.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3076572, fls. 9/11). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 3076572 p.17). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º3230512), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
João Monteiro de Barros	900	90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900	90.000,00
TOTAL	1.800	180.000,00

NOME	CARGO
João Monteiro de Barros	Administrador
Lara Melo Monteiro de Barros	Administradora

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 17.10.2018 (evento SEI nº 3469373).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da outorga objeto de análise nestes autos, permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP.

13.2. O Sr. João Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócio administrador) e em Colina/SP (na condição de sócio administrador).



13.3. A Sra. Lara Melo Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócia administradora) e em Colina/SP (na condição de sócia administradora).

13.4. Cabe enfatizar, acerca da existência de duas permissões em Barretos/SP, que por serem titularizadas pela mesma pessoa jurídica e uma das permissões ser decorrente de adaptação de outorga, conforme o Decreto n.º 8.139/2013, não há óbice para o prosseguimento do feito, em razão do disposto no art. 3º, § 2º.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada Junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, no dia 17.10.2018, constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3469373, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, nos termos do Despacho Interno CGFI (evento SEI n.º3234843), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 3.103/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3448778), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

## **CONCLUSÃO**

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*

**RAFAEL FERREIRA LARCHER**

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 17.516/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

*(assinado eletronicamente)*

**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 17.516/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à  
Conjur.

(assinado eletronicamente)

**WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI**

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial, Substituto<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 17/10/2018, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 17/10/2018, às 09:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial, Substituto**, em 17/10/2018, às 19:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3230640** e o código CRC **061CCF27**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº                      , DE                      DE                      DE 2018.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº



## **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 01250.034174/2018-24, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3230640





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.034174/2018-24**

**INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Independente de Barretos Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.3.2019 a 23.3.2029.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, desde que atendido ao disposto no item 23 deste Parecer.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das medidas cabíveis.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Independente de Barretos Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.3.2019 a 23.3.2029.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3230640):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 343, de 14.3.1979, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 23.3.1979 (evento SEI nº [3469396](#), fls.1/5). A outorga foi renovada pela última vez, por dez anos, a partir de 23.3.2009, nos termos da Portaria nº 527, de 10.8.2009, publicada no D.O.U. de 22.9.2009, devidamente chancelada pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo nº 94, de 2012, publicado no D.O.U. de 4.5.2012 (evento SEI nº [3469396](#), fls.6/7). Com efeito, se verifica que a permissão vencerá a partir do dia 23.3.2019.

3. No requerimento protocolado em 18.6.2018 (Doc. SEI nº 3076572, fl. 1), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso*

*aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".*

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão



competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento que deflagrou o presente processo, foi subscrito por João Monteiro de Barros, sócio-administrador da entidade, conforme consta da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de São Paulo em 11.6.2018 (Doc. SEI nº 3076572, fls. 13/14). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3469366).

19. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

20. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos

Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações** exigidas, conforme se verifica do Documento SEI nº 3076572, fls. 2/3, devidamente firmada por um dos administradores da entidade. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

22. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu contrato social e das alterações realizadas, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3230601) e certidão de inteiro teor emitida pela Junta Comercial de São Paulo (Doc. SEI nº 3230512), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [3230512](#)), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
João Monteiro de Barros	900	90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900	90.000,00
TOTAL	1.800	180.000,00

NOME	CARGO
João Monteiro de Barros	Administrador
Lara Melo Monteiro de Barros	Administradora

23. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3076572, fls. 9/11) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 3076572, fl. 17). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se*



que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI nº [3076572](#), fls. 9/11). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [3076572](#) p.17)". **Contudo, observo que o balanço patrimonial apresentado refere-se ao exercício de 2016 e não ao último exercício social, 2017, conforme exige o art. 113, inc. III do Regulamento de Serviços de Radiodifusão. Desse modo, faz-se necessário que a Secretaria proceda à juntada aos autos e análise do balanço patrimonial referente ao período de 2017 ou justifique expressamente nos autos o motivo da dispensa.**

24. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3076572, fls. 15/16, 20/21, 23 e 25).

25. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 3.103/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3448778), segundo a qual "A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI nº [3076572](#), atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente", motivo pelo qual o órgão concluiu "que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga".

26. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada Junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, no dia 17.10.2018, constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação (evento SEI nº [3469373](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, nos termos do Despacho Interno CGFI (evento SEI nº [3234843](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

27. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 17.10.2018 (evento SEI nº [3469373](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da outorga objeto de análise nestes autos, permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP.

13.2. O Sr. João Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócio administrador) e em Colina/SP (na condição de sócio administrador).

13.3. A Sra. Lara Melo Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócia administradora) e em Colina/SP (na condição de sócia administradora).

13.4. Cabe enfatizar, acerca da existência de duas permissões em Barretos/SP, que por serem titularizadas pela mesma pessoa jurídica e uma das permissões ser decorrente de adaptação de outorga, conforme o Decreto nº 8.139/2013, não há óbice para o prosseguimento do feito, em razão do disposto no art. 3º, § 2º.

28. No ponto, especificamente acerca do fato de a entidade possuir duas outorgas de FM na mesma localidade, verificamos que não há óbice legal, estando correta, portanto, a conclusão da Secretaria de Radiodifusão sobre o assunto. Isso porque o art. 38, alínea "g", do CTB estabelece apenas que uma pessoa não poderá participar da administração ou gerência de mais de uma delegatária do mesmo tipo de serviço na mesma localidade. Isto é, a vedação consiste na impossibilidade de uma

mesma pessoa ser administradora de duas entidades distintas que prestem o mesmo tipo de serviço na mesma localidade. Não é essa a situação dos autos. No caso, tem-se uma única entidade prestando ambos os serviços. No caso, poderia se cogitar eventual ofensa ao disposto no art. 15, § 2º, inc. II, do Regulamento de Radiodifusão, o qual estabelece que nenhum dos sócios ou dirigentes participe do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67. Contudo, o Decreto nº 8.139/2013, diploma jurídico de mesma hierarquia editado posteriormente, prevê em seu art. 3º, § 2º, de forma, expressa que nas hipóteses de adaptação do serviço, não incide a vedação referida, conforme se segue:

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

29. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

30. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, não vislumbramos irregularidades no presente processo que impeça seja deferida a renovação. Observamos apenas a necessidade de juntada aos autos de cópia do balanço patrimonial da permissionária referente ao exercício social de 2017, nos termos do art. 113, inc. III, do Regulamento de Radiodifusão ou que a Secretaria de Radiodifusão justifique, expressamente, nos autos o motivo da dispensa, conforme estabelecido no item 23 deste Parecer, antes da remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

32. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

Brasília, 16 de novembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034174201824 e da chave de acesso a860a690

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 195785266 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-11-2018 15:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01760/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.034174/2018-24**

**INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo, nos termos da Portaria/CONJUR/MCTIC nº 5.279, de 17 de novembro de 2016, o **PARECER n. 001164/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, **agregando à ressalva constante do item 23** o seguinte: após a juntada do balanço patrimonial relativo ao último exercício social (2017) pela entidade, a SERAD certifique a *boa situação financeira*, atendendo às diretrizes fornecidas pelo art. 113, III, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63.

2. Encaminhe-se à SERAD para adoção de providências, **ocasião em que chamo atenção para a advertência feita no item 30 do opinativo, bem como para a recomendação do item 31 com o acréscimo acima.**

Brasília, 18 de novembro de 2018.

**Alex Bahia Ribeiro**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Substituto  
(Designação pela Portaria nº 938, de 23/2/2017)

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034174201824 e da chave de acesso a860a690

---

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 196561763 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 18-11-2018 23:11. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 -  
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 45978/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor(a)

Representante Legal da

RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15)

Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1 - Conj. 01 - Bairro Centro

14781-574 - Barretos/SP

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 01250.034174/2018-24.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Visando ao prosseguimento do pleito renovatório em referência, solicita-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**referente ao período de 2017**), no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 19/11/2018, às 08:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3568831** e o código CRC **9C637968**.





**Data de Envio:**

19/11/2018 14:20:19

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

radio.independente@hotmail.com  
ptukiama@uol.com.br  
ffonseca.eng@gmail.com  
eng.mauriciooliveira@hotmail.com  
joao.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.034174/2018-24

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3568831.html  
Nota\_Tecnica\_3230640.html



**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

CNPJ: 44.776.706/0001-15  
Praça Joel Waldo Dal Moro, n.º 01- conjunto 01  
14781-574 Barretos/SP

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES - MCTIC**  
**SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Serviço Principal: Frequência Modulada

Canal: **237 [95,3 MHz], classe A4**

Localidade: **Barretos/SP**

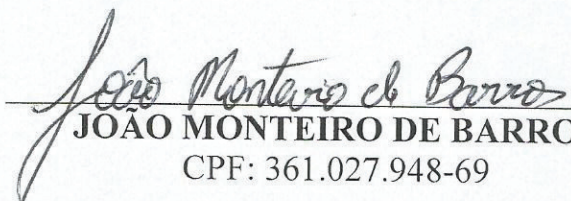
Referência Processo n.º **01250.034174/2018-24**

Ofício nº 45978/2018/SEI-MCTIC

A **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Barretos/SP**, vem mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, apresentar o balanço patrimonial (ano base 2017) da empresa conforme solicitado no ofício supracitado. Nessa oportunidade, ratifica o interesse na **renovação de outorga da FM** pelo período de 23/03/2019 a 23/03/2029, e aguarda o deferimento do pedido.

Sendo só para momento, aproveitamos para apresentar-lhes nossos votos de estima e consideração.

Barretos/SP, 19 de novembro 2018.

  
**JOÃO MONTEIRO DE BARROS**  
CPF: 361.027.948-69



# Balanço Patrimonial

Folha: 1

RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA EPP

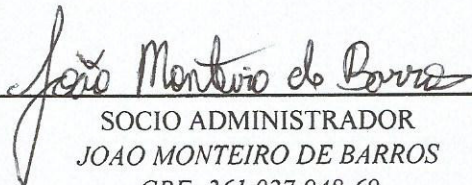
CNPJ: 44.776.706/0001-15

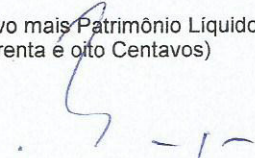
Período : 01/01/2017 a 31/12/2017 - CONSOLIDADO

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	946.449,48	PASSIVO	946.449,48
CIRCULANTE	170.459,97	CIRCULANTE	1.060.003,45
DISPONIVEL	38.899,03	CONTAS A PAGAR	1.060.003,45
CAIXA GERAL	8.226,35	FORNECEDORES	23.284,25
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.044,22	TRIBUTOS	26.937,58
BANCOS CONTA APLICACAO	26.628,46	OUTRAS CONTAS	50.248,63
CREDITOS DE CURTO PRAZO	131.560,94	EMPRESTIMOS BANCARIOS	59.979,86
CLIENTES	114.257,04	OUTROS DEBITOS	899.553,13
OUTROS CREDITOS	12.428,81	PATRIMONIO LIQUIDO	(113.553,97)
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	4.875,09	PATRIMONIO LIQUIDO	(113.553,97)
NAO CIRCULANTE	775.989,51	CAPITAL	180.000,00
INVESTIMENTOS	357,52	RESERVAS DE CAPITAL	65.028,53
ACOES E QUOTAS	357,52	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	(358.582,50)
IMOBILIZADO	775.631,99		
IMOBILIZADO	844.170,37		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	(68.538,38)		

BARRETOS, 31 de dezembro de 2017.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 946.449,48 (novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e nove Reais e quarenta e oito Centavos)

  
SOCIO ADMINISTRADOR  
JOAO MONTEIRO DE BARROS  
CPF: 361.027.948-69

  
CONTADOR  
MARCO AURELIO DOMINGUES  
CT CRC: 1SP141379/O-2



# Demonstração do Resultado do Exercício

Folha: 1

RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA EPP

CNPJ: 44.776.706/0001-15

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 - CONSOLIDADO

**VENDAS E SERVIÇOS**

Prestação de Serviços	1.326.700,85 C
(-) Tributos S/ Vendas e Serviços	109.850,84 D
<b>VENDAS E SERVIÇOS Total:</b>	<b>1.216.850,01 C</b>

**RECEITAS OPERACIONAIS**

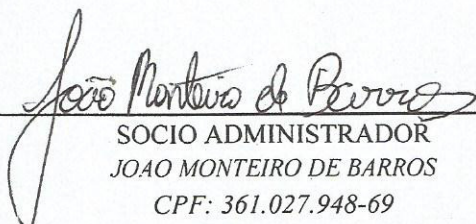
Aplicações Financeiras	35,78 C
Outras Receitas Operacionais	451,10 C
<b>RECEITAS OPERACIONAIS Total:</b>	<b>486,88 C</b>

**DESPESAS OPERACIONAIS**

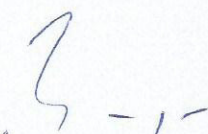
Despesas com Pessoal	910.397,76 D
Despesas Gerais	331.172,01 D
Despesas Financeiras	26.210,09 D
Despesas Tributárias	5.412,29 D
<b>DESPESAS OPERACIONAIS Total:</b>	<b>1.273.192,15 D</b>

Prejuízo	<b>55.855,26 D</b>
----------	--------------------

BARRETOS, 31 de dezembro de 2017.



SOCIO ADMINISTRADOR  
JOAO MONTEIRO DE BARROS  
CPF: 361.027.948-69



CONTADOR  
MARCO AURELIO DOMINGUES  
CT CRC: 1SP141379/O-2

ESCRITORIO BARRETOS DE CONTAB LTDA EPP

RUA 20 620 PRIMEIRO ANDAR - BARRETOS - SP - 14780-070 - Fone: (17)3322-6622



## CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Obriga  o instit  da pela Resolução CFC n   1.457/13, de 11/12/2013.

Barretos, 31 de dezembro de 2017

 

Escritório Barretos de Contabilidade Ltda - EPP

CRC n   2SP023657/O-8

Prezados Senhores:

Declaro para os devidos fins, como administrador e responsável legal da pessoa jurídica RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - EPP, CNPJ n   44.776.706/0001-15, que as informações relativas ao ano de 2017, fornecidas para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis e fiscais, obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletr  nicos, exigidos pela legislação federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária, são fidedignas, revestidas de total idoneidade, e de nossa inteira responsabilidade.

Atenciosamente,

  
João Monteiro de Barros



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

## DESPACHO

**Processo n.º:** 01250.034174/2018-24

Tendo em vista que:

- a) Os órgãos técnico e jurídica desta Pasta se manifestaram pela possibilidade do pleito renovatório objeto destes autos vir a ser deferido, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 17.516/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3230640) e do Parecer Jurídico n.º 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º3568823), respectivamente;
- b) O órgão jurídico, nos termos do referido Parecer, condicionou o prosseguimento do feito à necessidade de apresentação do balanço patrimonial referente ao período de 2017 (parágrafo 23 do referido Parecer Jurídico)
- c) A Secretaria de Radiodifusão - Serad, nos termos do Ofício n.º 45.978/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3568831), solicitou à Interessada a apresentação do mencionado documento
- d) A Interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º01250.069987/2018-35, apresentou novo balanço patrimonial o qual, de acordo com os seus termos, imprime movimentações financeiras ocorridas no correspondente exercício fiscal;
- e) A apresentação do referido documento e a constatação de sua regularidade são suficientes para o prosseguimento do pleito renovatório, revelando, portanto, a inexistência de obstáculos impeditivos à renovação e a consequente tomada de decisão pela autoridade competente;
- f) Em razão dessa condicionante se fez necessária a elaboração de nova minuta de Portaria, o que foi promovido nesta oportunidade,

Opina-se sejam os autos encaminhados ao Gabinete da Serad, para submissão da minuta de portaria, disposta no campo próprio abaixo, à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/11/2018, às 17:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3623598** e o código CRC **3192EF10**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, e no Despacho Interno CGPO 3623598

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria nº 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3623598



## PORTARIA Nº 6172/2018/SEI-MCTIC

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, e no Despacho Interno CGPO 3623598, :

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/12/2018, às 20:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3623693** e o código CRC **0DDE23D2**.





Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria nº 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/12/2018, às 20:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3623714** e o código CRC **0DCA545C**.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 -  
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 48094/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15)

Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1 - Conj. 01 - Bairro Centro

4781-574 - Barretos/SP

**Assunto: Renovação. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação -  
Processo nº 01250.034174/2018-24**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa Entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**,  
**Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 04/12/2018, às 09:22,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**3646170** e o código CRC **1C5DDD4B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 48094/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.034174/2018-24 - Nº SEI: 3646170





001-9

00190.00009 02941.021004 00087.609178 1 77480000029736

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00029410210000087609</b>
Número do documento <b>4</b>	CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>24/12/2018</b>		Valor documento <b>297,36</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado

Sacado

**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (01250.034174/2018-24)****Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1 - Conj. 01, Bairro Centro****Barretos, SP - CEP: 14781-574**

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5082882 enviado em 04/12/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00087.609178 1 77480000029736

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>					Vencimento <b>24/12/2018</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>					Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>04/12/2018</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>04/12/2018</b>	Nosso número <b>00029410210000087609</b>
Uso do banco / Convênio <b>33804/2941021</b>	Carteira <b>17 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>297,36</b>	(=) Valor documento <b>297,36</b>

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5082882 enviado em 04/12/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

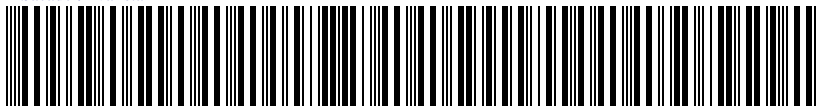
Sacado

**RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (01250.034174/2018-24)****Praça Joel Waldo Dal Moro, nº 1 - Conj. 01, Bairro Centro****Barretos, SP - CEP: 14781-574**

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 04/12/2018 11:53:36  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** VANESSA CALIMAN DONNA  
**Ofício:** 5082882  
**Data prevista de publicação:** 05/12/2018  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11286190	PORTARIA 6172.rtf	1c8e3f9522ec41ac 860d26bcd31fcbc2	9,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>9,00</b>	<b>R\$ 297,36</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>9,00</b>	<b>R\$ 297,36</b>



**Data de Envio:**

04/12/2018 15:28:18

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

radio.independente@hotmail.com  
ptukiama@uol.com.br  
ffonseca.eng@gmail.com  
eng.mauriciooliveira@hotmail.com  
joao.monteiro@grupomonteirodebarros.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.034174/2018-24

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3646170.html  
Boleto\_3647840\_Boleto\_5082882\_\_01250.0341742018\_24\_.pdf  
Comprovante\_3647842\_recibo.do\_idof\_5082882\_\_01250.0341742018\_24\_.pdf

Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.069-SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.011564/2016-64, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 24.163/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01179/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de agosto de 2017, a permissão outorgada à Organização Emissoras Integradas de Radiodifusão - Rádio Melodia Ltda. (atualmente denominada Rádio Melodia Ltda.), nos termos da Portaria n.º 782, de 2 de agosto de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.172-SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, e no Despacho Interno CGPO 3623598, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA DE FUNDOS  
CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO  
TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 125, DE 08 de Agosto de 2018, publicada no DOU Nº 234, SEÇÃO 01, PÁG. 9, “Onde se lê : Resolução nº 125, de 09 de agosto de 2018, Leia-se: Resolução nº 125, de 28 de novembro de 2018.”

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 204, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

Confere publicidade ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTIC da AEB, para o biênio 2018-2019, e convalida os atos praticados desde 1º de janeiro de 2018 até a data da sua publicação.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, pelo Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016 e pela Portaria MCTIC nº 4.893, de 23 de agosto de 2017, e

Considerando o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal;

Considerando que a Equipe de Elaboração do PDTIC - EqPDTIC da AEB, observando o Guia de Elaboração de PDTIC do SISP, versão 2.0, elaborou o PDTIC 2018/2019, o qual foi aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CTI, órgão deliberativo desta instituição; resolve:

Art. 1º Dê-se publicidade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da AEB, para o biênio 2018/2019, disponibilizando-o para consulta via internet no sítio eletrônico da AEB pelo endereço <http://www.aeb.gov.br/centraldeconteudos/publicacoes/tecnologia-da-informacao/>.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 683, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.045990/2018-78  
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S/A, OI MÓVEL S.A. CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43, nº 33.000.118/0001-79 e nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 213/2018/SEI/EC (SEI nº 3538599), integrante deste acórdão: a) conceder anuência prévia para a efetivação da posse do novo membro do Conselho de Administração da OI S.A., o Sr. Roger Solé Rafols; b) determinar à OI S.A. que apresente à Anatel, quando da solicitação da próxima anuência prévia, sua composição acionária com direito a voto devidamente atualizada até o momento do pedido de anuência, destacando os possíveis acionistas controladores; e, c) determinar que a presente anuência prévia para a realização da operação valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação do Ato de Anuência Prévia, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias.

LEONARDO EULER DE MORAIS  
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 9.620, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 53516.014814/2018-15.  
Expede à FUNDACAO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA, CNPJ nº 78.252.392/0001-73, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN  
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 9.387, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CARGILL AGRICOLA S/A, CNPJ nº 60.498.706/0001-57 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS  
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, à:

Nº - 9.533 - FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE, CNPJ nº 05.522.917/0001-70.

Nº - 9.534 - SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0022-07.

Nº - 9.535 - SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A, CNPJ nº 25.278.459/0010-73.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO  
Gerente

ATO Nº 9.540 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Expede autorização à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUARIO DO PECÉM - CIPP S/A, CNPJ nº 01.256.678/0001-00 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço..

GILBERTO STUDART GURGEL NETO  
Gerente

ATO Nº 9.598 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Expede autorização à WELLFIELD SERVICOS GEOFISICOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 20.609.076/0001-26 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço..

GILBERTO STUDART GURGEL NETO  
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS,  
MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS  
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 9.440, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RONDAI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.398.803/0001-08 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA  
Gerente

ATO Nº 9.582, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA , CNPJ nº 36.785.418/0015-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA  
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 9.604, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Natal/RN, no período de 11/12/2018 a 18/12/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA  
Superintendente  
Interino





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.034174/2018-24

1.Tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 7.12.2018, da Portaria n.º 6.172, de 3.12.2018 (evento SEI n.º 3663694), por intermédio do qual o Titular desta Pasta renova, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 07/12/2018, às 09:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3663711** e o código CRC **CD80FD70**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3663711

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO O DIARIO INDEPENDENTE FM, RADIO BAND FM, RADIO REDE VIDA FM	
<b>Telefone:</b> (17) 3322-9411	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 44.776.706/0001-15	<b>Número do Fistel:</b> 02008024458
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 23/03/2009	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SSR140/86;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b> - CONJUNTO 01	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> PRACA JOEL WALDO DAL MORO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 1	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Av 39	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 00	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14780400

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Praça Joel Waldo Dal Moro	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 14781574

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Barretos	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -20.53333	<b>Longitude:</b> -48.56667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 237	<b>Frequência:</b> 95.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7805357						Número Indicativo: ZYD857					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -20.542				Longitude: -48.557				Cota da base: 562.3 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP (2 tx combinados)						Potência de Operação: 5.5 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LDF 7-50A						Fabricante: ANDREW CORPORATION					
Comprimento da Linha: 135.0 m			Atenuação: 0.651 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		
Antena Principal											
Modelo: BECP 4L						Fabricante: TEEL - Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 3.22 dBd		Beam-Tilt: 0.0 °		Orientação NV: 75 °		Polarização: Circular		HCl: 77.0 m		ERP Máximo: 8.4 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	10°: 0.63	20°: 0.82	30°: 1.01	40°: 1.21	50°: 1.31	60°: 1.41	70°: 1.41	80°: 1.31	90°: 1.21	100°: 1.01	110°: 0.92
120°: 0.63	130°: 0.45	140°: 0.26	150°: 0.09	160°: 0	170°: 0.09	180°: 0.26	190°: 0.54	200°: 0.92	210°: 1.21	220°: 1.51	230°: 1.83
240°: 2.05	250°: 2.38	260°: 2.27	270°: 2.05	280°: 1.94	290°: 1.72	300°: 1.51	310°: 1.21	320°: 0.92	330°: 0.63	340°: 0.45	350°: 0.45
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo:					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 8.4 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
75611978	343	Portaria	MC	14/03/1979	23/03/1979	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
11866779	1334	Portaria	Dentel	20/08/1979	24/08/1979	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1708611981	479	Portaria	MC	27/04/1981	02/06/1981	Mudança de Local	Técnico
29100000821987	385	Portaria	MC	29/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
291000021261988	490	Portaria	MC	30/09/1988	30/09/1988	Renovação	Jurídico
291000021261988	639	Portaria	MC	21/12/1988		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
538300010201996	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1996	Advertência	Jurídico
538300028831998	2254	Portaria	MC	23/10/2002	28/11/2002	Renovação	Jurídico
538300028831998	1053	Decreto Legislativo	CN	18/11/2004	19/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000027422009	527	Portaria	MC	10/08/2009	22/09/2009	Renovação	Jurídico
530000027422009	94	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000751962017-78	12749	Ato	ORLE	03/10/2017	25/10/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000362082018-20	137	Despacho	ER01	08/10/2018	00/00/0000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
012500341742018	6172	Portaria	MCTIC	03/12/2018	07/12/2018	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo							



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 01250.034174/2018-24**

Certifico que, nesta data, anexei na pasta técnica e jurídica referente à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, copia da Portaria nº 6.172, de 03 de dezembro de 2018. Publicada no D.O.U. em 07/ 12/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 07/12/2018, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3664024** e o código CRC **7E8C9BA8**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3664024



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/12/2018, às 10:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3664350** e o código CRC **14213BE1**.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3664350



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº:** 01250.034174/2018-24

**Assunto:** Restituição de processo.

**Destinatário:** CGPO

Encaminhe-se à Coordenação Geral de Pós-Outorgas, para Ratificação das informações prestadas na Nota Técnica 17516/2018 (3230640), tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/02/2019, às 12:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3829537** e o código CRC **253983E4**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3829537

# **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## **DESPACHO**

**Processo nº 01250.034174/2018-24**

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 17516/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3230640) e do Parecer Jurídico n.º 1207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 3568823), respectivamente;
- b) por intermédio da Portaria nº 6172/2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 07 de dezembro de 2018 (evento SEI nº 3663694), renovou-se por novo período de dez anos, a partir de 23.3.2019, a permissão outorgada à Rádio Independente Barretos Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo;
- c) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, o texto atualizado da minuta de exposição de motivos para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente. Nesta conformidade opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Minutas e Anexos**

## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/07/2019, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/07/2019, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 08/07/2019, às 16:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



## **Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 4350821



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.034174/2018-24

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho CORAC (4350821), e informa que a EM encontra-se disponível no bloco de assinatura nº 199312.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 10/07/2019, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4396024** e o código CRC **38742F46**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 4396024

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.034174/2018-24

**Referência:**

**Interessado:** Rádio Independente de Barretos Ltda

**Assunto: DEFERIMENTO.** Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta exposição de motivos que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4440101** e o código CRC **74F7EE0B**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 4440101



Brasília, 18 de Outubro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40256/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.034174/2018-24.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4762996** e o código CRC **2069D0CD**.



<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Vitor Torres da Silva
<b>IP utilizado:</b>	200.130.17.1
<b>Data e Horário:</b>	29/10/2019 11:29:12
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Processo Novo
<b>Número do Processo:</b>	00001.007601/2019-51
<b>Interessados:</b>	

Vitor Torres da Silva

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

<b>- Documento Principal:</b>	
- Requerimento Renovação de outorga de radiodifusão	1531833

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 21 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

**NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC****Processo nº** 01250.034174/2018-24**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Independente de Barretos Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.03.2019 a 23.03.2029.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 343, de 14.3.1979, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 23.3.1979 (evento SEI n.º3469396, fls.1/5). A outorga foi renovada pela última vez, por dez anos, a partir de 23.3.2009, nos termos da Portaria n.º 527, de 10.8.2009, publicada no D.O.U. de 22.9.2009, devidamente chancelada pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo n.º 94, de 2012, publicado no D.O.U. de 4.5.2012 (evento SEI n.º3469396, fls.6/7). Com efeito, se verifica que a permissão vencerá a partir do dia 23.3.2019.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º, protocolizado nesta Pasta em 18.6.2018, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se dá durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, conforme estabelece o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º3469366.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3076572, fls. 9/11). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 3076572 p.17). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º3230512), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:



NOME	COTAS	VALOR (R\$)
João Monteiro de Barros	900	90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900	90.000,00
TOTAL	1.800	180.000,00

NOME	CARGO
João Monteiro de Barros	Administrador
Lara Melo Monteiro de Barros	Administradora

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 17.10.2018 (evento SEI nº 3469373).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da outorga objeto de análise nestes autos, permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP.

13.2. O Sr. João Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócio administrador) e em Colina/SP (na condição de sócio administrador).

13.3. A Sra. Lara Melo Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócia administradora) e em Colina/SP (na condição de sócia administradora).

13.4. Cabe enfatizar, acerca da existência de duas permissões em Barretos/SP, que por serem titularizadas pela mesma pessoa jurídica e uma das permissões ser decorrente de adaptação de outorga, conforme o Decreto n.º 8.139/2013, não há óbice para o prosseguimento do feito, em razão do disposto no art. 3º, § 2º.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada Junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD, no dia 17.10.2018, constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 3469373, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, nos termos do Despacho Interno CGFI (evento SEI n.º 3234843), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 3.103/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3448778), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)  
**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 17.516/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)  
**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 17.516/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)  
**WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI**  
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial, Substituto<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 17/10/2018, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 17/10/2018, às 09:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial, Substituto**, em 17/10/2018, às 19:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3230640** e o código CRC **061CCF27**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.**



**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 17.516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 01250.034174/2018-24, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., nos termos da Portaria n.º 343, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

SEI nº 3230640





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.034174/2018-24**

**INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio Independente de Barretos Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.3.2019 a 23.3.2029.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, desde que atendido ao disposto no item 23 deste Parecer.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das medidas cabíveis.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio Independente de Barretos Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo, referente ao período de 23.3.2019 a 23.3.2029.
2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3230640):
  6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 343, de 14.3.1979, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 23.3.1979 (evento SEI nº [3469396](#), fls.1/5). A outorga foi renovada pela última vez, por dez anos, a partir de 23.3.2009, nos termos da Portaria nº 527, de 10.8.2009, publicada no D.O.U. de 22.9.2009, devidamente chancelada pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo nº 94, de 2012, publicado no D.O.U. de 4.5.2012 (evento SEI nº [3469396](#), fls.6/7). Com efeito, se verifica que a permissão vencerá a partir do dia 23.3.2019.
3. No requerimento protocolado em 18.6.2018 (Doc. SEI nº 3076572, fl. 1), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso*

aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e II da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão



competente do Poder Executivo "*durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga*", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "*caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário*".

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente. O requerimento que deflagrou o presente processo, foi subscrito por João Monteiro de Barros, sócio-administrador da entidade, conforme consta da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de São Paulo em 11.6.2018 (Doc. SEI nº 3076572, fls. 13/14). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3469366).

19. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

20. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos

Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

21. Verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações** exigidas, conforme se verifica do Documento SEI nº 3076572, fls. 2/3, devidamente firmada por um dos administradores da entidade. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

22. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu contrato social e das alterações realizadas, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3230601) e certidão de inteiro teor emitida pela Junta Comercial de São Paulo (Doc. SEI nº 3230512), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [3230512](#)), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
João Monteiro de Barros	900	90.000,00
Lara Melo Monteiro de Barros	900	90.000,00
TOTAL	1.800	180.000,00

NOME	CARGO
João Monteiro de Barros	Administrador
Lara Melo Monteiro de Barros	Administradora

23. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3076572, fls. 9/11) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 3076572, fl. 17). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, “Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se



que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3076572](#), fls. 9/11). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [3076572](#) p.17)”. **Contudo, observo que o balanço patrimonial apresentado refere-se ao exercício de 2016 e não ao último exercício social, 2017, conforme exige o art. 113, inc. III do Regulamento de Serviços de Radiodifusão. Desse modo, faz-se necessário que a Secretaria proceda à juntada aos autos e análise do balanço patrimonial referente ao período de 2017 ou justifique expressamente nos autos o motivo da dispensa.**

24. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI n.º 3076572, fls. 15/16, 20/21, 23 e 25).

25. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA N.º 3.103/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI n.º 3448778), segundo a qual “A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI n.º [3076572](#), atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente”, motivo pelo qual o órgão concluiu “que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga”.

26. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada Junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD, no dia 17.10.2018, constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3469373](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, nos termos do Despacho Interno CGFI (evento SEI n.º [3234843](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

27. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei n.º 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea “g” do art. 38 da Lei n.º 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 17.10.2018 (evento SEI n.º [3469373](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da outorga objeto de análise nestes autos, permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP.

13.2. O Sr. João Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócio administrador) e em Colina/SP (na condição de sócio administrador).

13.3. A Sra. Lara Melo Monteiro de Barros participa, além da outorga objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Barretos/SP (na condição de sócia administradora) e em Colina/SP (na condição de sócia administradora).

13.4. Cabe enfatizar, acerca da existência de duas permissões em Barretos/SP, que por serem titularizadas pela mesma pessoa jurídica e uma das permissões ser decorrente de adaptação de outorga, conforme o Decreto n.º 8.139/2013, não há óbice para o prosseguimento do feito, em razão do disposto no art. 3º, § 2º.

28. No ponto, especificamente acerca do fato de a entidade possuir duas outorgas de FM na mesma localidade, verificamos que não há óbice legal, estando correta, portanto, a conclusão da Secretaria de Radiodifusão sobre o assunto. Isso porque o art. 38, alínea “g”, do CTB estabelece apenas que uma pessoa não poderá participar da administração ou gerência de mais de uma delegatária do mesmo tipo de serviço na mesma localidade. Isto é, a vedação consiste na impossibilidade de uma

mesma pessoa ser administradora de duas entidades distintas que prestem o mesmo tipo de serviço na mesma localidade. Não é essa a situação dos autos. No caso, tem-se uma única entidade prestando ambos os serviços. No caso, poderia se cogitar eventual ofensa ao disposto no art. 15, § 2º, inc. II, do Regulamento de Radiodifusão, o qual estabelece que nenhum dos sócios ou dirigentes participe do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67. Contudo, o Decreto nº 8.139/2013, diploma jurídico de mesma hierarquia editado posteriormente, prevê em seu art. 3º, § 2º, de forma, expressa que nas hipóteses de adaptação do serviço, não incide a vedação referida, conforme se segue:

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

29. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

30. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "*quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação*". Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "*a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação*".

### III - CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, não vislumbramos irregularidades no presente processo que impeça seja deferida a renovação. Observamos apenas a necessidade de juntada aos autos de cópia do balanço patrimonial da permissionária referente ao exercício social de 2017, nos termos do art. 113, inc. III, do Regulamento de Radiodifusão ou que a Secretaria de Radiodifusão justifique, expressamente, nos autos o motivo da dispensa, conforme estabelecido no item 23 deste Parecer, antes da remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

32. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

Brasília, 16 de novembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034174201824 e da chave de acesso a860a690

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 195785266 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-11-2018 15:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01760/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.034174/2018-24**

**INTERESSADOS: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo, nos termos da Portaria/CONJUR/MCTIC nº 5.279, de 17 de novembro de 2016, o **PARECER n. 001164/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, **agregando à ressalva constante do item 23** o seguinte: após a juntada do balanço patrimonial relativo ao último exercício social (2017) pela entidade, a SERAD certifique a *boa situação financeira*, atendendo às diretrizes fornecidas pelo art. 113, III, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63.

2. Encaminhe-se à SERAD para adoção de providências, **ocasião em que chamo atenção para a advertência feita no item 30 do opinativo, bem como para a recomendação do item 31 com o acréscimo acima.**

Brasília, 18 de novembro de 2018.

**Alex Bahia Ribeiro**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Substituto (Designação pela Portaria nº 938, de 23/2/2017)

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034174201824 e da chave de acesso a860a690

---

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 196561763 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 18-11-2018 23:11. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 29 de outubro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: BARRETOS - SP - /FM-RENOV - RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.189 2019 MCTIC.

Rodrigo Eusébio Pereira  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eusébio Pereira, Supervisor**, em 29/10/2019, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1532550** e o código CRC **4E7719CF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 313/2020/AS/SAINF/SAG

**Assunto: Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barretos/SP**

**Interessado: Rádio Independente de Barretos Ltda. (CNPJ 44.776.706/0001-15)**

**Referência: EM nº01189/2019 MCTIC, de 21/10/2019 – Processo nº 01250.034174/2018-24**

1. Trata-se da PORTARIA Nº 6.172-SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018 que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barretos/SP, com o uso do canal 237, pelo prazo de dez anos, a partir de 23/03/2019, sem direito a exclusividade, em favor da Rádio Independente de Barretos Ltda, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 44.776.706/0001-15, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações<sup>[2]</sup> e nos termos do art. 110 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[3]</sup>.
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão nos termos da Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, de 17/10/2018, (1532511), com o registro pelo deferimento do pedido de renovação da outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 16/11/2018 (1532543)<sup>[4]</sup>, com o registro pela viabilidade jurídica do pedido de renovação e a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo, em especial no que concerne ao item 23 apontado no Parecer.
3. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR)<sup>[5]</sup>, disponível em: [http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo\\_sistema.php?id=57dbac45beb34&state=FM-C4](http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac45beb34&state=FM-C4), verificou-se constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos o registro dos atos referentes ao processo.
4. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, e ponderando que a necessidade de eventual atualização do MOSAICO não impede o prosseguimento da matéria, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[6]</sup>, uma vez que o ato de renovação da outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília/DF, 26 de março de 2020.

À consideração superior,

**CICERO COELHO DE A. ROCHA FILHO**

Assessor

De Acordo,

**JOSÉ CRUZ FILHO**

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

**RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES**

Subchefe Adjunto Executivo, Substituto<sup>[7]</sup>

<sup>[1]</sup> Publicada no DOU de 07/12/2018.

<sup>[2]</sup> Instituído pela Lei nº 4.117, de 27/08/1962.

<sup>[3]</sup> Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

<sup>[4]</sup> Aprovado pelo Despacho nº 01760/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 18/11/2018, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

<sup>[5]</sup> O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado

para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).

[7] Portaria nº 110, de 13/03/2020 - Publicado em: 16/03/2020 | Edição: 51 | Seção: 2 | Página: 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.778.706/0001-15 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL RADIO INDEPENDENTE DE BARRETO 8 LTDA		DATA DE ABERTURA 26/03/1988	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO INDEPENDENTE		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 80.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada			
COPIRACIONADO PC JOEL WALDO DAL MORO		NÚMERO 1	COMPLEMENTO CONJUNTO 1
CEP 14.781-674	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BARRETO 8	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (17) 3322-8411	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) AAAAA			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/04/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 26/03/2020 às 15:45:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 44.776.706/0001-15  
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO INDEPENDENTE DE BARRETO 8 LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** LARA MELO MONTEIRO DE BARROS  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** JOAO MONTEIRO DE BARROS  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/03/2020 às 15:47 (data e hora de Brasília).





Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 26/03/2020, às 22:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Augusto Rodrigues, Subchefe Adjunto Executivo, Substituto**, em 31/03/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto ( DAS 101.5)**, em 31/03/2020, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1801715** e o código CRC **F416FB7E** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 08 de maio de 2020.

**C E R T I D ã O**

**Processo nº 01250.034174/2018-24.**

Brasília, 08 de maio de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 01250.034174/2018-24, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 01189/2019 -MCTIC
- Tipo de Serviço:
  - ☐ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
  - ☒ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
  - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
  - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga
- Entidade: Rádio Independente de Barretos Ltda
- CNPJ nº: 44.776.706/0001-15
- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga: 17516/2018/SEI-MCTIC, de 17/10/2018
- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga: 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 16/11/2018
- Portaria MCTIC nº: 6.172-SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018, que renova a outorga a partir de 23/03/2019



- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU: 07/12/2018.

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

Ana Beatriz Fumian Gomes  
Estagiária  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Fumian Gomes, Estagiário(a)**, em 08/05/2020, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1875647** e o código CRC **42BA1069** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)  
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)  
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 01250.034174/2018-24 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 01250.034174/2018-24.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Subchefia para Assuntos Jurídicos





Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970827** e o código CRC **32FFF491** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 3 de julho de 2020.

**ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DA EXM 1189 2019 MCTIC**

Informa a devolução da Exposição de Motivos via SIDOF, de ordem da SAAL, para reavaliação do novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

**HUGO VINÍCIUS ALVES**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 03/07/2020, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1983918** e o código CRC **ADF837AE** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## DESPACHO

**PROCESSO: 01250.034174/2018-24**

**INTERESSADA: RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Independente de Barretos Ltda (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barretos/SP, referente ao período de 23 de março de 2019 a 23 de março de 2029 (SUPER 3230640 e 3568823).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 2018, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 3663694). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3230640).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11035972, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/08/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11035921** e o código CRC **BB413D2C**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11035972)

Referência: Processo nº 01250.034174/2018-24

Documento nº 11035921



# MINUTA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada em 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada em 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 03/08/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/08/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/08/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11035972** e o código CRC **55F54961**.

---

**Referência:** Processo nº 01250.034174/2018-24

Documento nº 11035972





EM Nº 196/2023/MCOM

Brasília, 04 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada em 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada em 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047443** e o código CRC **12C4EBC8**.

Ofício Interno nº 39652/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11047443)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP\_MCOM (11035921), encaminho a Exposição de Motivos (11047443), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047445** e o código CRC **BC3B962D**.



Ofício Interno nº 40906/2023/MCOM

Brasília, 31 de agosto de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11047443)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6172/2018/SEI-MCTIC (3663694), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11047443), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 31/08/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11090668** e o código CRC **A97FFBA7**.

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada em 7 de dezembro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA (CNPJ nº 44.776.706/0001-15), nos termos da Portaria nº 343, datada em 14 de março de 1979, publicada em 23 de março de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barretos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26551/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.034174/2018-24.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/09/2023, às 11:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102545** e o código CRC **F4184DEB**.

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Helenucia Bezerra de Araujo
<b>Data e Horário:</b>	25/10/2023 12:11:09
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	01250.034174/2018-24

**Interessados:**

RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA - BARRETOS - SP

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga de R	4678216
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4678217
- Minuta Nº 196/2023/MCOM	4678218
- OFICIO Interno nº 39652/2023/MCOM	4678219
- OFICIO Interno nº 40906/2023/MCOM	4678220
- Exposição de Motivos nº 00554/2023 MCOM	4678221
- OFICIO Nº 26551/2023/MCOM	4678222

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.034174/2018-24

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 443 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	01250.034174/2018-24

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.034174/2018-24, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**<sup>[1]</sup>, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA**, CNPJ nº 44.776.706/0001-15, na localidade de **Barretos/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Visando a instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, conforme a **NOTA TÉCNICA Nº 17516/2018/SEI-MCTIC (1532511)**, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado

favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.034174/2018-24, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**AMANDA MARQUES RIBEIRO**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*DE ACORDO.*

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

*APROVO.*

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)*

---

[\[1\]](#) A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[\[2\]](#) Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.



[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5784146** e o código CRC **CDA15D68** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 464/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.034174/2018-24.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00554/2023 MCOM, de 6 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barretos (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00554/2023 MCOM (4678221), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.034174/2018-24, acompanhado da [Portaria nº 6.172-SEI, de 3 de dezembro de 2018](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de março de 2019, no município de Barretos, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 44.776.706/0001-15, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 01207/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 16/11/2018 (1532543), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 17516/2018/SEI-MCTIC, de 17/10/2018 (1532511), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCTIC)<sup>[3]</sup>, ratificada pelo Despacho, de 04/08/2023 (4678216), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 25/09/2018 (1531833, p. 142), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	44.776.706/0001-15
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	JOAO MONTEIRO DE BARROS
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	LARA MELO MONTEIRO DE BARROS MOCCIA
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 20/06/2024 às 13:55 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas

funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 30/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 30/08/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 30/08/2024, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5835053** e o código CRC **190D5982** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.034174/2018-24

SUPER nº 5835053

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MENSAGEM Nº 1014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

*Brasília-DF, na data da assinatura.*

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6057328) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 04/09/2024, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6057330** e o código CRC **4D15715C** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.014, de 3 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6059225).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/09/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 05/09/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6059232** e o código CRC **F15DD6E3** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1096/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.172, de 3 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2018, que renova, a partir de 23 de março de 2019, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061749** e o código CRC **C21B1E4B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)